



PLANO DE MANEJO

RPPN FAZENDA CABECEIRA DO PRATA



Encarte 2 – Caracterização Geral da UC e Diagnóstico Sócio-econômico

JARDIM – MS – BRASIL

Revisão - 2020

SUMÁRIO

1	JARDIM - ASPECTOS HISTÓRICOS	1
2	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ENTORNO	2
2.1	MUNICÍPIOS DE INSERÇÃO	2
2.2	INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DE JARDIM E BONITO	3
2.3	ECONOMIA E SERVIÇOS	13
2.4	ASPECTOS SÓCIO-AMBIENTAIS DE JARDIM E BONITO	16
3	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA RPPN	22
4	PESQUISA CIENTÍFICA	23
4.1	PESQUISAS FINALIZADAS	23
4.2	PESQUISAS VINCULADAS AO PLANO DE MANEJO	25
4.3	DEMANDA CIENTÍFICA	25
5	VISITAÇÃO TURÍSTICA	27
5.1	RECANTO ECOLÓGICO RIO DA PRATA	27
5.2	TRILHA E FLUTUAÇÃO	31
5.3	MERGULHO COM CILINDRO	33
5.4	PASSEIO A CAVALO	34
5.5	OBSERVAÇÃO DE AVES E PASSARINHADA	35
5.6	NOVOS ROTEIROS DE VISITAÇÃO	35
5.7	CAPACIDADE DE CARGA	39
5.8	PERCEPÇÃO DO VISITANTE	41
6	VISITAS TÉCNICAS	52
7	SISTEMA DE GESTÃO	52
8	PESSOAL	52
8.1	QUADRO DE FUNCIONÁRIOS	52
8.2	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	53
8.3	PERCEPÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS	54
8.4	PERCEPÇÃO DOS GUIAS DE TURISMO	60
9	INFRA-ESTRUTURA	68
9.1	TRILHAS	68
9.2	INFRA-ESTRUTURA DENTRO DA RPPN	69
9.3	EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS	74
10	RECURSOS FINANCEIROS	85
11	POSSIBILIDADE DE CONECTIVIDADE	85
12	DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA	87

ENCARTE 2 – CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA

1 JARDIM - ASPECTOS HISTÓRICOS

Em 1802, existia um forte militar espanhol nos limites territoriais ocupados hoje pela cidade de Bela Vista, fundado pelo capitão espanhol Juan Caballero. A Espanha não considerava como limites de seus domínios territoriais o rio Apa, interpretação que seria inclusive correspondida pela República do Paraguai.

João Gabriel Lopes estabeleceu-se no Ribeirão Monjolinho, afluente do rio Apa, onde fundou estabelecimento no ano de 1846. Faleceu em 1848 e deixou à sua mulher, Maria da Conceição Lopes, os cuidados de manter suas posses.

Em 1850 forças paraguaias invadiram o território, aprisionaram e conduziram para Assunção dona Maria, seus filhos e os moradores de doze casas que já existiam no local. Bela Vista ficou abandonada até 1872, quando uma comissão de limites Brasil-Paraguai definiu como divisa dos dois países o rio Apa. Tempos depois, dona Maria casa-se com José Francisco Lopes, que mais tarde iria indicar às forças brasileiras, durante a Guerra do Paraguai (1865-1870), o melhor caminho para alcançar Nioaque (Retirada da Laguna).

Com o aumento da população rural e urbana, em 10 de abril de 1900 a resolução nº. 255 criava a paróquia de paz de Bela Vista, com os limites já existentes no distrito policial, estabelecido por volta de 1889. O governo de Estado, pela Lei nº. 502, de 3 de outubro de 1908, criava o município de Bela Vista, incorporando-o à Comarca de Nioaque com os mesmos limites do Distrito de Paz. Foi elevada à categoria de cidade em 16 de julho de 1918, por força da Lei Federal nº. 772. Segundo o quadro anexo ao Decreto Estadual nº. 583, de 24 de dezembro de 1948, o município de Bela Vista figurava com três distritos: o da sede municipal, o de Caracol e o de Jardim.

A região onde hoje localiza-se o município de Jardim começou a ser ocupada após a guerra do Paraguai, por várias fazendas de gado que ali se estabeleceram. Em 1939, o 6º Batalhão de Engenharia, aquartelado em Aquidauana, mudou-se em definitivo para a fazenda Jardim e construíram-se casas em estuque, taipa e tábuas, cobertas de folhas de zinco onde viviam os funcionários civis e militares da CRE-3. Em 14 de maio de 1946 teve início a venda dos primeiros terrenos aos servidores da CRE-3 e em 13 de setembro de 1948 foi criado o distrito de Jardim, subordinado ao município de Bela Vista. Em 1953 é elevado a município.

Atualmente conta com 22.500 habitantes, tendo como atividade principal a agropecuária. Possui diversos pontos históricos relacionados à Guerra do Paraguai que, junto com os atrativos turísticos naturais do município, têm atraído visitantes para a região.

(Fonte: Prefeitura Municipal de Jardim, página oficial na internet)

2 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ENTORNO

2.1 MUNICÍPIOS DE INSERÇÃO

A Fazenda Cabeceira do Prata localiza-se integralmente dentro do município de Jardim, sendo que o rio da Prata, seu limite norte, é também um marco divisório entre este município e Bonito (Figura 1).



Figura 1. Municípios de Jardim, Bonito e Campo Grande, em Mato Grosso do Sul.

Adaptado de Seplanct-MS (2004a)

Embora a administração do empreendimento seja efetuada principalmente no escritório central em Campo Grande, capital de Mato Grosso do Sul, o apoio local é baseado no município de Jardim. Já a atividade principal desenvolvida na área – a visitação turística – depende de Bonito, onde a infra-estrutura turística é mais desenvolvida.

Assim, neste diagnóstico serão considerados apenas os municípios de Jardim e Bonito.

2.2 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DE JARDIM E BONITO

2.2.1 Dados geográficos

Tabela 1. Área dos municípios de Jardim e Bonito e distância da capital (Campo Grande).

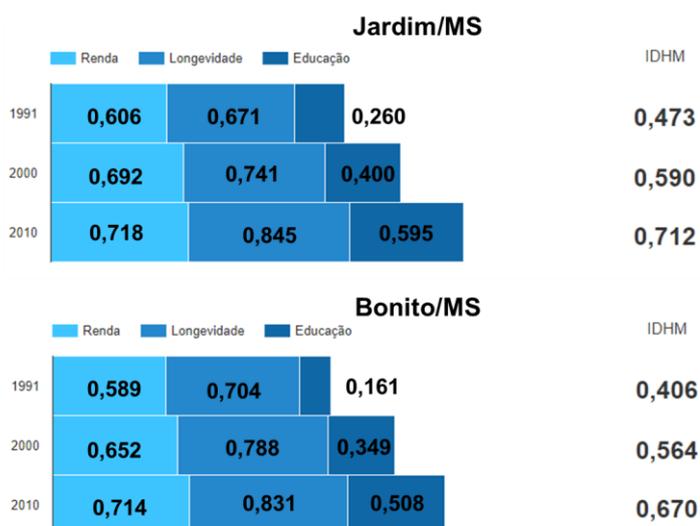
Município	Área	Distância da capital
Jardim	2.201 km ²	238 km
Bonito	4.934 km ²	297 km

Fonte: Adaptado de Martins e Martins (2006)

2.2.2 Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Figura 2. Evolução do IDHM nos anos de 1991, 2000 e 2010 para os municípios de Jardim e Bonito/MS. Fonte: Adaptado de PNUD, Ipea e FJP.



Jardim ocupa a 1546^a posição e Bonito a 2663^a posição, entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM. Nesse ranking, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul) e o menor é 0,418 (Melgaço) (Atlas Brasil 2020).

Entre 2000 e 2010, a população de Jardim e Bonito cresceu a uma taxa média anual de 0,77%, e 1,45%, respectivamente, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município de Jardim passou de 92,95% para 93,41%, e de Bonito de 91,08% para 92,95%. Em 2010 viviam no município 24.346 pessoas e no município de Bonito 19.587 pessoas. (Atlas Brasil 2020).

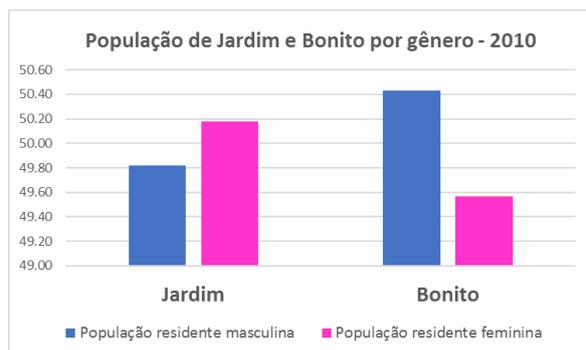


Figura 3. Distribuição da população por gênero nos municípios de Jardim e Bonito em 2010.

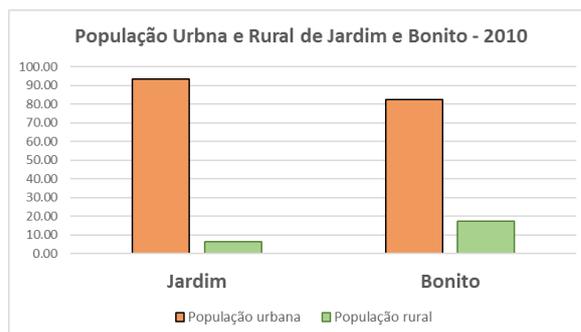


Figura 4. Distribuição da população rural/urbana nos municípios de Jardim e Bonito em 2010.

A razão de dependência é o percentual da população de menos de 15 anos e da população de 65 anos e mais (população dependente) em relação à população de 15 a 64 anos (população potencialmente ativa). A taxa de envelhecimento é a razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

Figura 5. Pirâmide etária do município de Jardim/MS.

Fonte: IBGE.

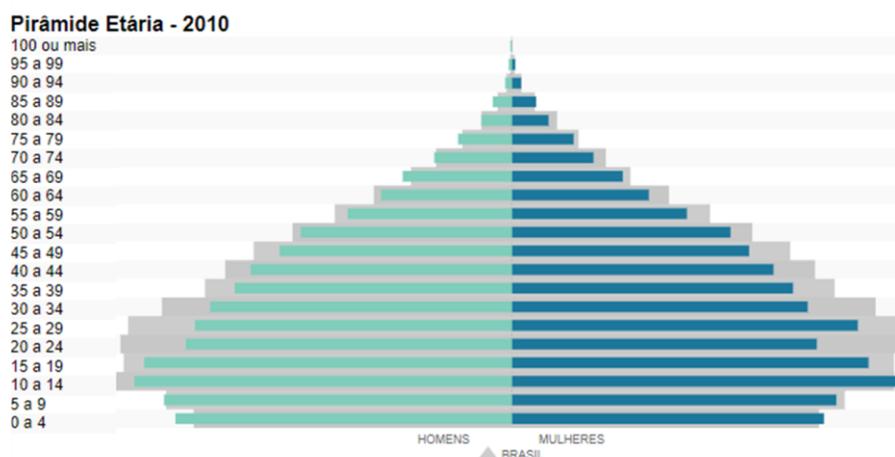


Figura 6. Pirâmide etária do município de Bonito/MS.

Fonte: IBGE.

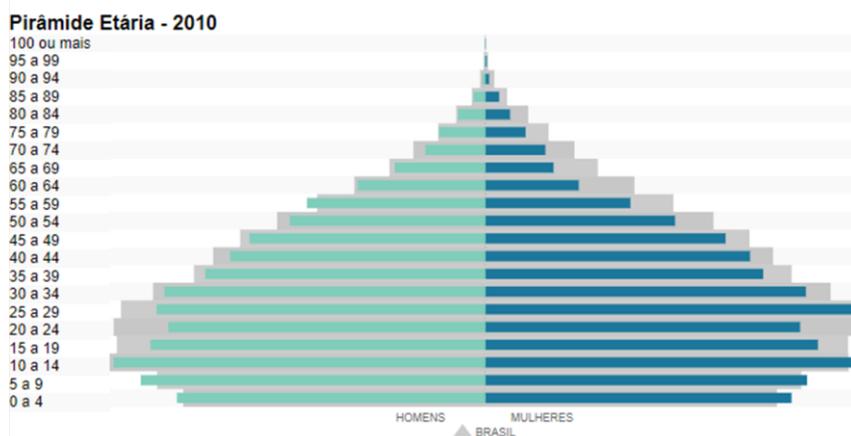


Tabela 2. Longevidade, mortalidade e fecundidade no município de Jardim/MS.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Município - Jardim - MS

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	65,3	69,5	75,7
Mortalidade infantil	39,4	27,0	16,6
Mortalidade até 5 anos de idade	46,2	31,7	20,0
Taxa de fecundidade total	2,8	2,7	2,6

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Tabela 3. Longevidade, mortalidade e fecundidade no município de Bonito/MS.

Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - Município - Bonito - MS

	1991	2000	2010
Esperança de vida ao nascer	67,2	72,3	74,9
Mortalidade infantil	32,9	19,6	18,0
Mortalidade até 5 anos de idade	38,6	23,0	21,7
Taxa de fecundidade total	3,1	2,7	2,3

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

2.2.4 Indicadores de saúde e saneamento básico

Tabela 4. Número de leitos hospitalares nos municípios de Jardim e Bonito/MS.

		JARDIM	BONITO
ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE	Públicos	5	2
	Privados	7	4
LEITOS HOSPITALARES		70	36

Fonte: IBGE (2000)

Jardim - Acesso à Água

Figura 7. Acesso à água potável no município de Jardim (MS), de acordo com o tipo de domicílio. Fonte: IBGE (2000)

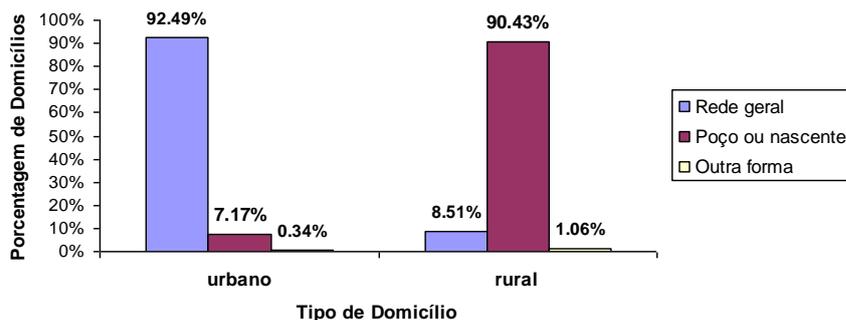
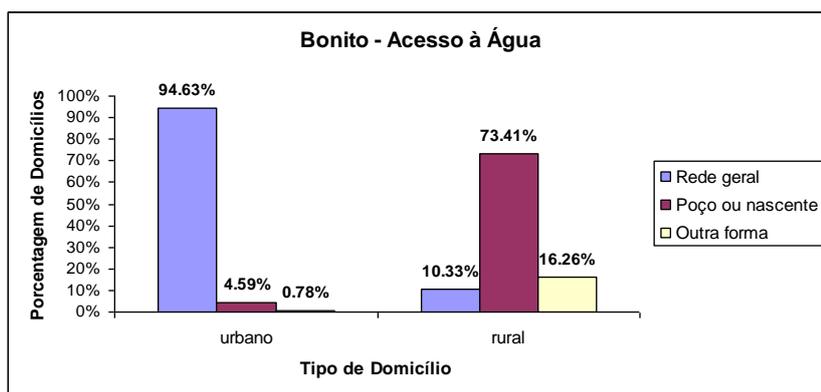


Figura 8. Acesso à água potável no município de Bonito (MS), de acordo com o tipo de domicílio. Fonte: IBGE (2000).



Jardim - Acesso a Esgotamento Sanitário

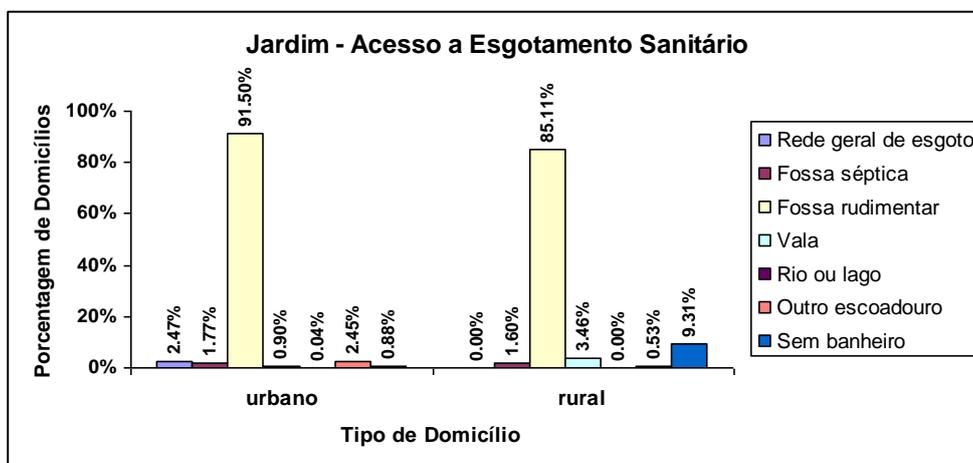


Figura 9. Acesso a esgotamento sanitário no município de Jardim (MS), de acordo com o tipo de domicílio. Fonte: Adaptado de Martins e Martins (2006)

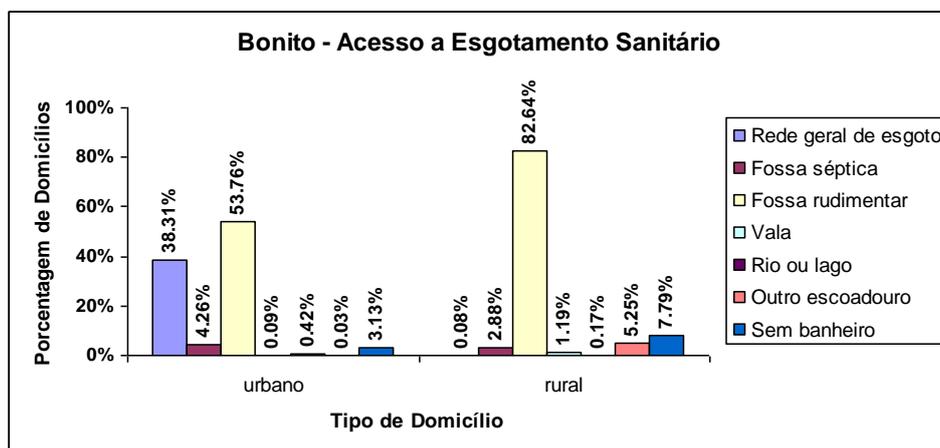


Figura 10. Acesso a esgotamento sanitário no município de Bonito (MS), de acordo com o tipo de domicílio. Fonte: Adaptado de Martins e Martins (2006)

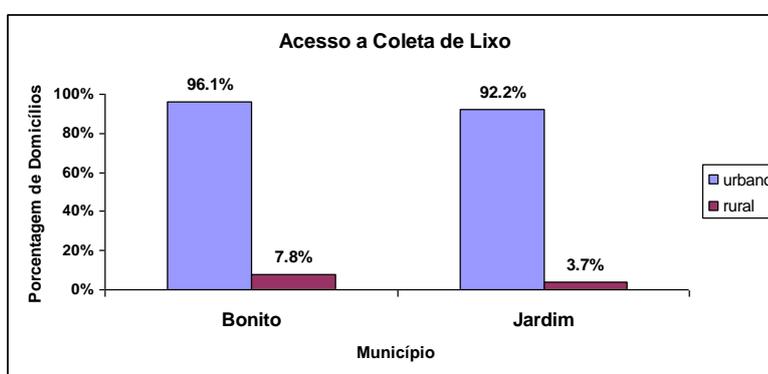


Figura 11. Acesso à coleta de lixo nos municípios de Bonito e Jardim (MS), de acordo com o tipo de domicílio. Fonte: IBGE (2000)

2.2.5 Educação

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação.

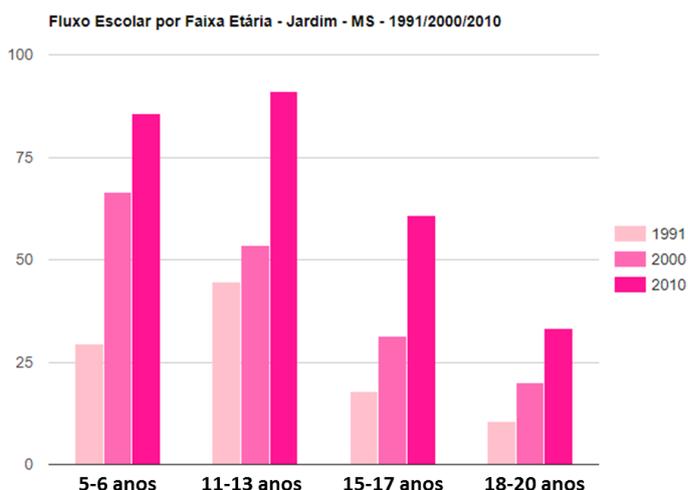


Figura 12. Fluxo escolar por faixa etária no município de Jardim/MS nos anos de 1991, 2000 e 2010. Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Fluxo Escolar por Faixa Etária - Bonito - MS - 1991/2000/2010

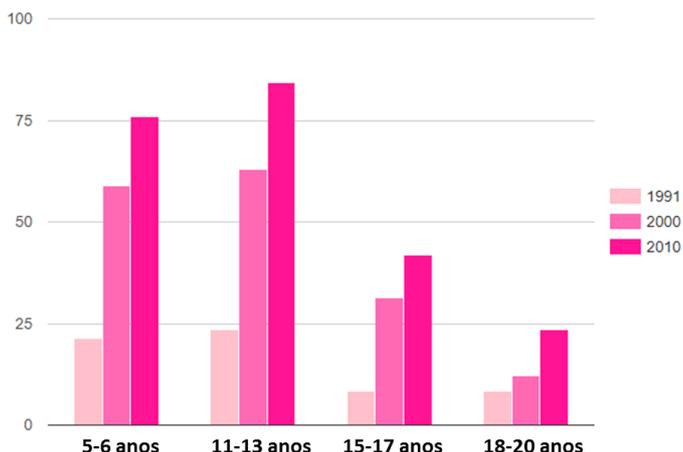


Figura 13. Fluxo escolar por faixa etária no município de Bonito/MS nos anos de 1991, 2000 e 2010. Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade.

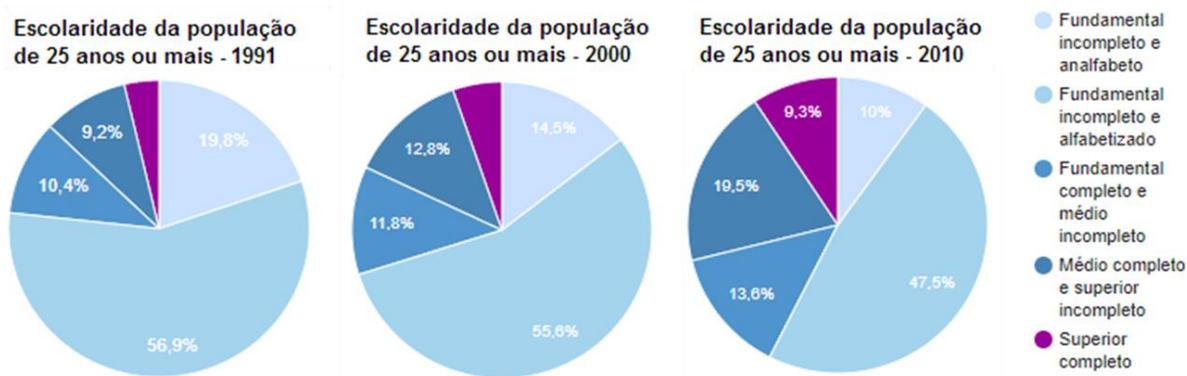


Figura 14. Escolaridade da população adulta do município de Jardim/MS. Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

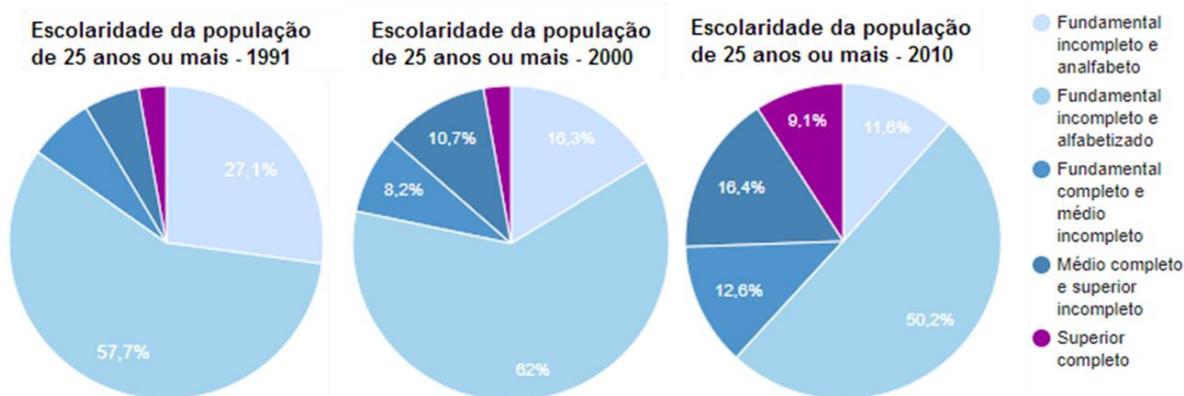


Figura 15. Escolaridade da população adulta do município de Bonito/MS. Fonte: PNUD, Ipea e FJP.

Figura 16. Distribuição familiar da renda no município de Jardim (MS). Fonte: IBGE (2000)

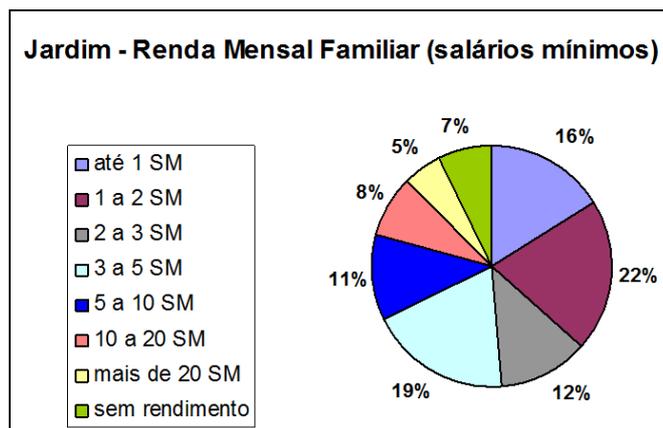
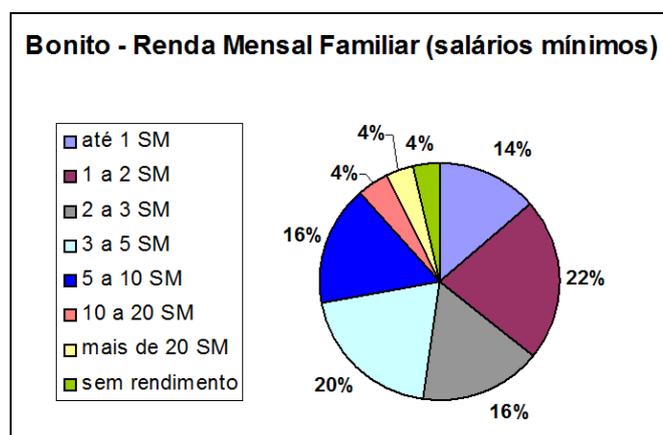


Figura 17. Distribuição familiar da renda no município de Bonito (MS). Fonte: IBGE (2000)



O Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração da renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação total de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se só uma pessoa detém toda a renda do lugar.

Tabela 5. Renda, pobreza e desigualdade do município de Jardim/MS.

Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Jardim - MS

	1991	2000	2010
Renda per capita	347,94	594,62	697,92
% de extremamente pobres	18,22	8,87	4,45
% de pobres	42,49	27,83	11,42
Índice de Gini	0,61	0,67	0,55

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Tabela 6. Renda, pobreza e desigualdade do município de Bonito/MS.

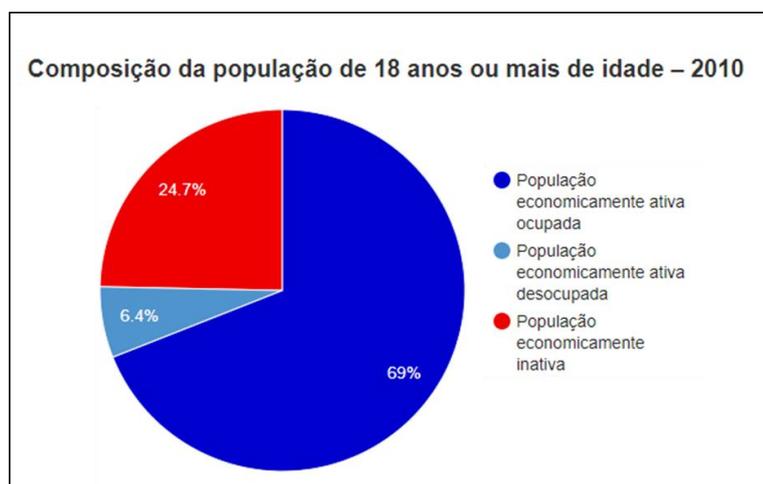
Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Bonito - MS

	1991	2000	2010
Renda per capita	313,36	463,41	679,03
% de extremamente pobres	17,93	7,13	1,33
% de pobres	48,27	26,63	8,74
Índice de Gini	0,58	0,60	0,54

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Em 2010, no município de Jardim, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 16,92% trabalhavam no setor agropecuário, 0,34% na indústria extrativa, 3,89% na indústria de transformação, 12,28% no setor de construção, 0,42% nos setores de utilidade pública, 21,42% no comércio e 43,82% no setor de serviços.

Figura 18. Composição da população de 18 anos ou mais no município de Jardim/MS.
Fonte: PNUD, Ipea e FJP



Em 2010, no município de Bonito, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 24,60% trabalhavam no setor agropecuário, 0,30% na indústria extrativa, 3,15% na indústria de transformação, 8,58% no setor de construção, 0,78% nos setores de utilidade pública, 13,95% no comércio e 45,82% no setor de serviços.

Figura 19. Composição da população de 18 anos ou mais no município de Bonito/MS.
 Fonte: PNUD, Ipea e FJP.



2.2.7 Habitação

Tabela 7. Indicadores de habitação do município de Jardim/MS.

Indicadores de Habitação - Município - Jardim - MS

	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	70,71	86,57	96,71
% da população em domicílios com energia elétrica	89,68	98,84	99,47
% da população em domicílios com coleta de lixo	73,16	91,88	98,52

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Tabela 8. Indicadores de habitação do município de Bonito/MS.

Indicadores de Habitação - Município - Bonito - MS

	1991	2000	2010
% da população em domicílios com água encanada	66,18	80,79	95,54
% da população em domicílios com energia elétrica	80,99	93,23	99,78
% da população em domicílios com coleta de lixo	67,30	96,35	99,51

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

2.2.8 Vulnerabilidade social

Tabela 9. Indicadores de vulnerabilidade social para o município de Jardim/MS.

Vulnerabilidade Social - Município - Jardim - MS			
Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	39,40	27,04	16,60
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	83,11	70,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	22,73	7,10	1,08
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	15,17	10,25
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	1,88	5,39	2,04
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	9,99	2,29
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	18,62	20,47	21,96
% de vulneráveis e dependentes de idosos	3,74	4,46	2,40
% de crianças extremamente pobres	27,50	13,36	8,01
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	66,31	56,01	30,16
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	54,70	42,90
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	67,67	86,13	96,14

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Tabela 10. Indicadores de vulnerabilidade social para o município de Jardim/MS.

Vulnerabilidade Social - Município - Bonito - MS			
Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	32,89	19,57	18,00
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	87,30	63,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	35,62	6,37	2,70
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	19,45	7,85
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	1,71	3,58	3,76
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	10,78	4,66
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	14,53	24,36	25,79
% de vulneráveis e dependentes de idosos	2,61	3,02	1,80
% de crianças extremamente pobres	24,43	11,32	2,17
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	68,03	54,95	32,00
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	60,19	41,19
Condição de Moradia			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	64,57	76,51	95,93

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

2.3 ECONOMIA E SERVIÇOS

Bonito e Jardim possuem uma rede de serviços básicos bastante completa, especialmente se comparados a outros municípios da região com o mesmo porte e população. Bonito, em particular, destaca-se pela oferta de serviços voltados ao atendimento turístico, devido à importante participação desta atividade na economia da cidade.

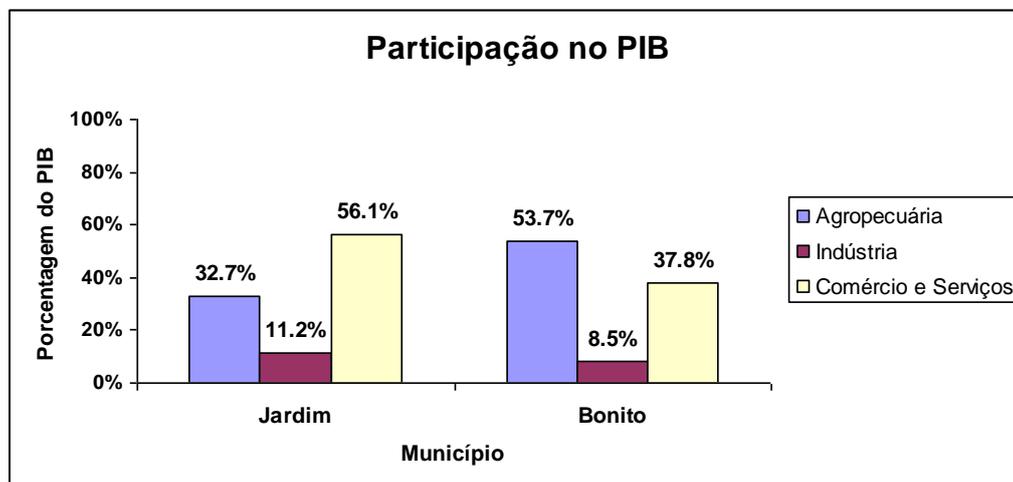


Figura 20. Distribuição do produto interno bruto de acordo com a fonte de produção econômica nos municípios de Jardim e Bonito (MS). Fonte: Adaptado de Martins e Martins (2006).

2.3.1 Jardim – dados gerais sobre economia e serviços

Seguindo os padrões predominantes no centro-oeste brasileiro, a pecuária de corte é a principal atividade econômica no município, com 188.450 cabeças (Seplanct/MS 2004b), enquanto na atividade agrícola destacam-se as culturas de milho com 4.500 ha de área plantada e soja com 3.500 ha (IBGE 2000). Segundo o Censo Agropecuário 1996 (IBGE 1996), o setor agropecuário empregava 1.363 pessoas entre temporários e permanentes. A figura 280 indica o uso da terra neste mesmo período.

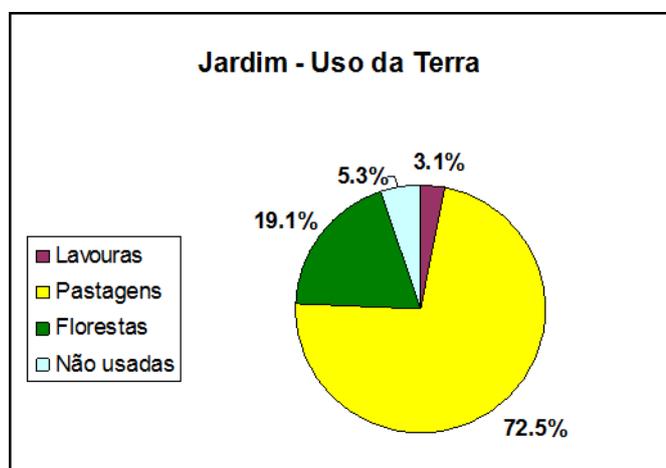


Figura 21. Uso da terra no município de Jardim (MS).
Fonte: IBGE (1996)

No setor de serviços destaca-se o turismo, em especial pelo fato do município possuir sítios turísticos conhecidos como o Recanto Ecológico Rio da Prata, Buraco das Araras, Lagoa Misteriosa e o balneário Jardim Ecopark. Jardim possui 3 hotéis, 02 agências de turismo, 05 estabelecimentos de alimentação, estação rodoviária, pontos de táxi e moto-táxi (BCVB 2015-2016).

O comércio varejista inclui estabelecimentos onde destacam-se os ramos de alimentação, vestuário e artigos para uso diverso, mobiliário e eletrodomésticos, maquinários, produtos químicos e farmacêuticos, artigos para recreação e desportivos, materiais para construção, veículos e implementos, peças e produtos para lavoura/pecuária. Estabelecimentos de comércio para serviços gerais incluem academia de ginástica, artigos de informática, estética pessoal, livrarias, locadoras de veículos, lojas de artesanato, supermercados, oficina mecânicas, postos de combustíveis, locadoras de vídeo/DVD e outros (Martins e Martins 2006).

Jardim possui um Aeroporto Municipal com pista asfaltada de 900m, homologado pelo Ministério da Aeronáutica, localizado a 1 km do centro da cidade. O município conta ainda com delegacias das Polícias Militar, Civil, Ambiental e um destacamento do Corpo de Bombeiros (Martins e Martins 2006).

No setor de comunicações, a cidade possui duas agências dos Correios, serviços de telefonia fixa e celular e acesso à Internet de banda larga. Instituições sociais e de lazer incluem duas bibliotecas, cinco clubes de lazer, sindicatos, associações de bairro e de classe (Martins e Martins 2006).

2.3.2 Bonito – dados gerais sobre economia e serviços

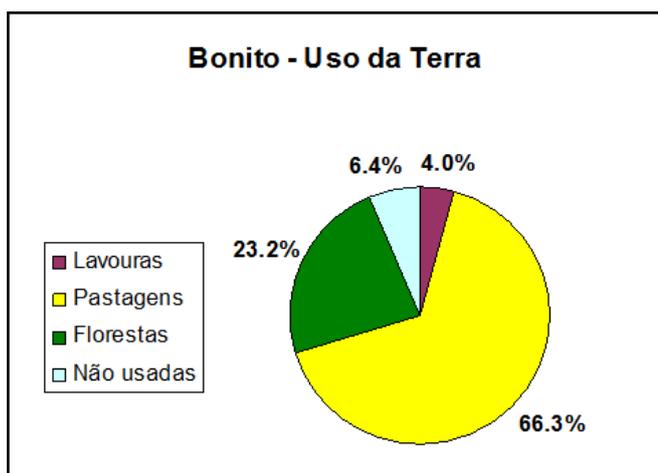
Bonito tem se destacado nacionalmente como destino de turismo de natureza, sendo visitado por aproximadamente 200.000 turistas/ano (BCVB 2015-2016), e o sistema de gestão da atividade turística tem sido considerado modelo, atraindo missões técnicas de várias partes do país. A atividade é responsável por aproximadamente 60% dos empregos gerados, e a estrutura turística abrange 46 sítios abertos à visitação (sendo 44 em áreas privadas e 02 geridos pelo poder público), 113 meios de hospedagem (totalizando 5.715 leitos), 46 agências de turismo, 80 guias de turismo atuantes e diversas empresas de transporte (incluindo serviços de táxi, moto-táxi, van, ônibus, locação de carros e bicicletas) e aeroporto com vôos comerciais.

Os atrativos turísticos oferecem diversos tipos de atividades, que incluem caminhadas, flutuação em rios cristalinos, banhos em cachoeiras, cavalgadas, mergulhos autônomos e outras modalidades de turismo de aventura (BCVB 2015-2016).

Todos os sítios turísticos possuem controle de visitação e outras normas de uso definidas por legislação estadual, e diversas associações de classe atuam no sentido de ordenar a gestão e regulamentação do sistema turístico (associações de guias, agências de turismo, meios de hospedagem, restaurantes, empresas de transporte). Conselhos municipais como o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Bonito (Comdema) e o Conselho Municipal de Turismo de Bonito (Comtur) possuem representantes destas entidades de classe e também do setor público, deliberando sobre assuntos de interesse relacionados à gestão ambiental e do turismo no município.

A pecuária de corte (gado bovino) também tem um papel marcante na economia local, com um rebanho bovino de 350.923 cabeças (Seplanct/MS 2004b), e vem aprimorando-se com a modernização dos equipamentos e instalações. O município possui ainda uma área agriculturável em torno de 17.000 hectares, com predominância de soja e milho (Seplanct/MS 2004b). A figura 281 indica o uso da terra neste mesmo período.

Figura 22. Uso da terra no município de Bonito MS).
Fonte: IBGE (1996)



Com relação à mineração, o subsolo de Bonito abriga uma jazida de mármore com 51 milhões de metros cúbicos, ocorrendo ainda minérios como calcário, calcita, pedras para construção e argila (COMTUR 2006).

Seis Organizações não-Governamentais (OnGs) atuam em frentes diversas, com destaque para as questões ambientais e sociais, possuindo também representação no Comdema. Recentemente estabeleceu-se no município o Bonito Conventions & Visitors Bureau (BCVB), cujo objetivo principal é captar eventos para o município (congressos, feiras, etc) nos âmbitos regional, nacional e internacional.

O setor de serviços – voltados tanto à população local como ao turista – inclui duas agências bancárias com caixas automáticos (Banco do Brasil e Bradesco), um centro de convenções (com capacidade para 1.500 pessoas), supermercados, restaurantes,

lanchonetes, bares, farmácias, padarias, postos de combustíveis, laboratórios fotográficos, lojas (roupas, calçados, lembranças, suprimentos agropecuários, informática, eletrodomésticos, materiais para construção e outros itens) oficinas mecânicas, provedores de acesso à Internet, agência de correios, banca de jornal, academias de ginástica, locadoras de vídeo/DVD e outros. Telefones públicos encontram-se disponíveis principalmente na região central, e a cidade não possui posto telefônico. Telefones celulares funcionam adequadamente dentro da área urbana, porém o sinal torna-se fraco ou inexistente ao afastar-se da zona urbana (COMTUR 2006).

No setor de emergências, Bonito possui delegacias das Polícias Militar, Civil e Ambiental, mas não há posto ou destacamento do Corpo de Bombeiros. Instituições de lazer e cultura incluem duas bibliotecas públicas, clubes de lazer e associações de bairros e de classes (COMTUR 2006). Possui rodoviária, uma pista de pouso não-pavimentada (extensão 1.800 metros), situada a três quilômetros do centro, e um aeródromo com capacidade para receber aeronaves de médio porte (pista pavimentada, com 2.000 metros e largura 30 metros) a 14 quilômetros do centro.

A localidade conhecida como “Quilômetro 21”, a 80 km da sede do município, concentra atividades de pesca profissional e também turística.

2.4 ASPECTOS SÓCIO-AMBIENTAIS DE JARDIM E BONITO

2.4.1 PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO

Martins e Martins (2006) realizaram uma série de pesquisas com lideranças dos municípios englobados no Projeto Corredores de Biodiversidade Miranda-Serra da Bodoquena (Brambilla e Pellin 2006), cujos resultados serviram de base para as questões citadas a seguir, onde foram considerados apenas os aspectos mais relevantes para o presente Plano de Manejo da RPPN Cabeceira do Prata.

2.4.1.1 Principais problemas ambientais citados pelos entrevistados

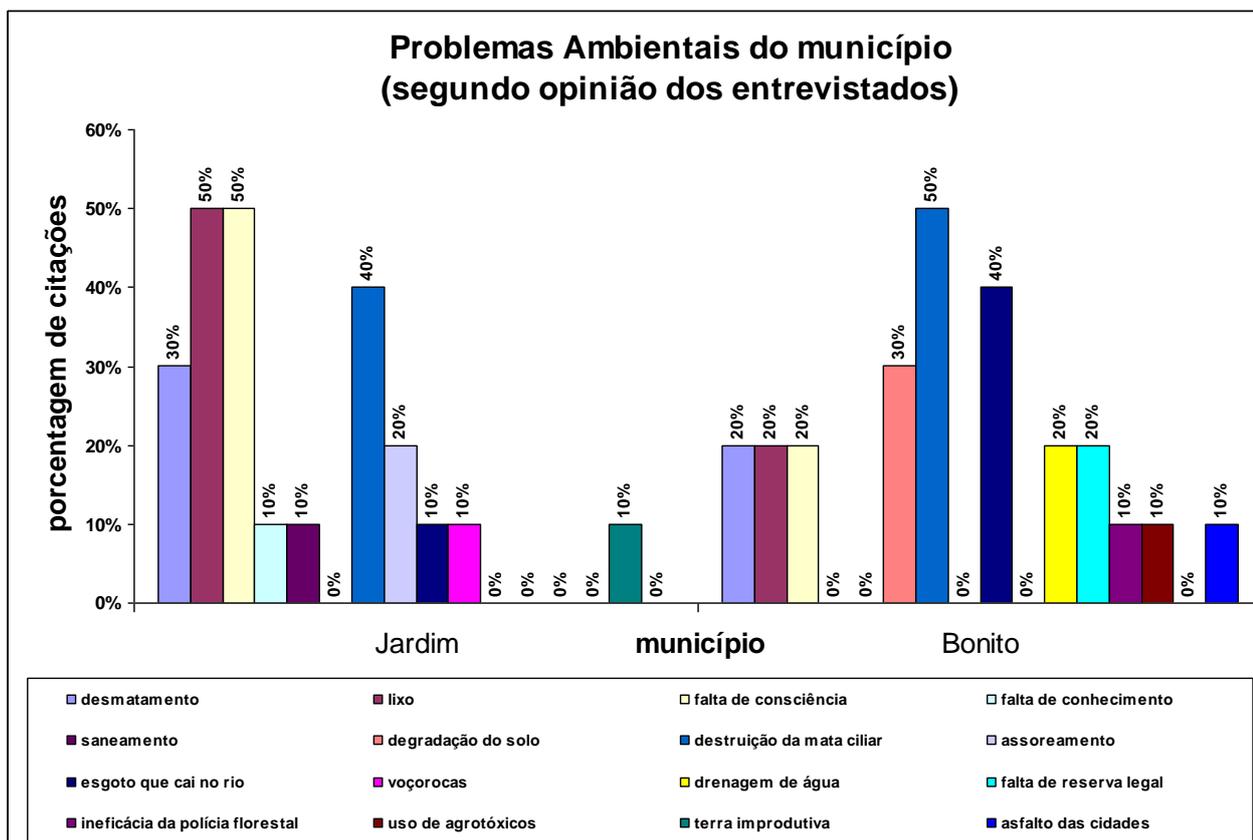


Figura 23. Principais problemas ambientais encontrados nos municípios de Jardim e Bonito (MS), segundo moradores entrevistados. Fonte: Martins e Martins (2006)

Os seguintes itens constantes da entrevista não receberam nenhuma citação por parte dos pesquisados, nos dois municípios em questão: queimadas, erosão, enchentes, caça, carvoarias, exploração do meio ambiente, cachorros na cidade, falta de aterro sanitário, falta de arborização urbana, pesca profissional, má conservação do solo, extração ilegal de madeira.

2.4.1.2 Conhecimento sobre Unidades de Conservação

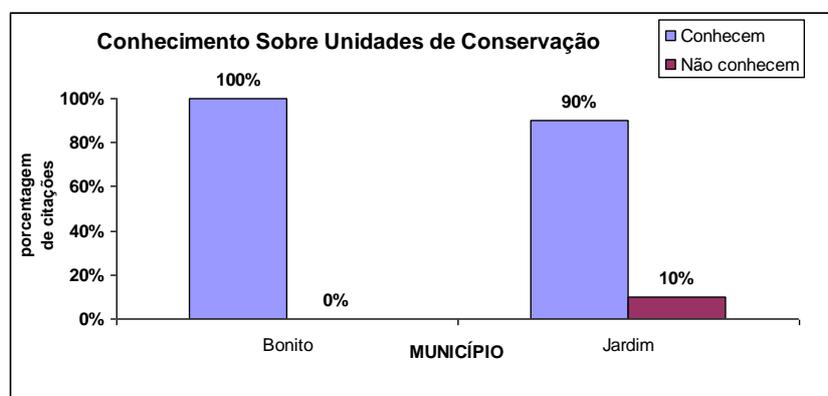


Figura 24. Grau de conhecimento sobre Unidades de Conservação pelos entrevistados nos municípios de Jardim e Bonito (MS). Fonte: Martins e Martins (2006)

2.4.1.3 Unidades de Conservação citadas pelos entrevistados nos dois municípios

Jardim: Parque Nacional da Serra da Bodoquena, APA, RPPN Cabeceira do Prata e três RPPNs em processo de criação (Buraco das Araras, Buraco das Abelhas e Fazenda Atoledo).

Bonito: RPPNs Fazendas São Geraldo (Rio Sucuri), Cabeceira do Prata, América e da Barra (Projecto Vivo); Parque Nacional da Serra da Bodoquena; Gruta do Lago Azul; Reservas Permanentes e RPPN Estância Mimosa.

2.4.1.4 Opinião sobre criação de Unidades de Conservação

Opiniões apresentadas pelos entrevistados nos dois municípios:

- Jardim: “A favor de proteger o que não está desmatado ainda. A favor de proteger mananciais, cabeceiras de rio e clima. A favor, é uma forma de prevalecer uma proteção à área de forma legal. Contra, o governo não tem condição de fiscalização e deixa a desejar. A favor, falta umidade pela falta de árvores. A favor, o homem não cuida, somente através de lei se garante que a área seja protegida. A favor, é uma forma de visão holística, é uma garantia de que sempre vai existir. A favor, a mata está acabando pela falta de preservação.”
- Bonito: “Favorável, para a própria sustentabilidade do ecossistema geral, da biodiversidade e do clima. Desprezo as unidades de uso sustentável, deveria ser trabalhado o entorno de uma área natural protegida, não vejo nenhuma vantagem das unidades de uso sustentável dentro do contexto do MS. Contrário, não tem direito de discussão com o público. A favor, é o que vai sobrar no planeta, é uma forma de a gente poder manter a biodiversidade no planeta. A favor, mas tem que escolher bem as áreas. A favor, temos que ter preocupação com o nosso verde. A favor, tem que proteger as áreas. Há reserva legal de 20% mas tem que ter fiscalização atuante. A favor, tem que relacionar e preservar os animais. A favor, foi o primeiro a pedir o Parque de Bodoquena. A favor, é o futuro e sustento do município, devemos cuidar.”

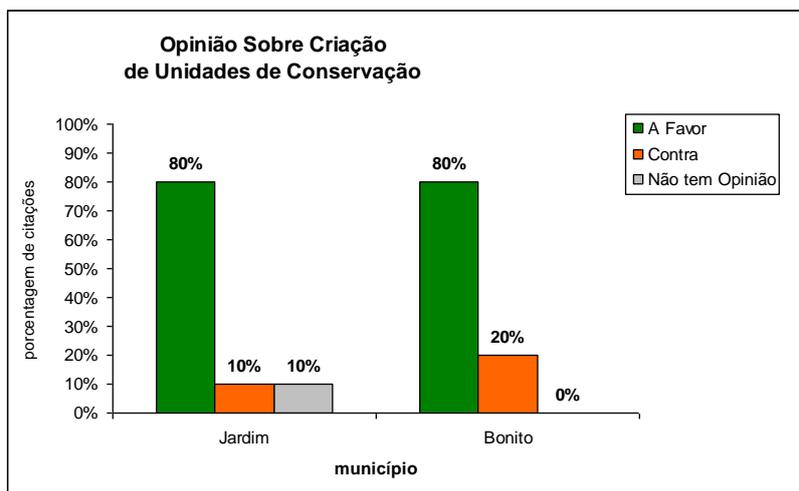


Figura 25. Opinião dos entrevistados nos municípios de Jardim e Bonito (MS) sobre a criação de Unidades de Conservação. Fonte: Martins e Martins (2006)

2.4.1.5 Conhecimento sobre programas de apoio a RPPNs

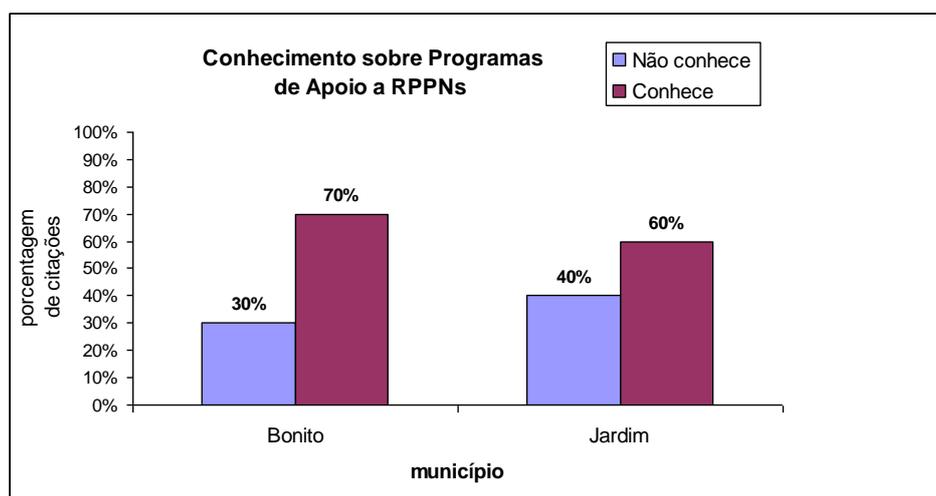


Figura 26. Grau de conhecimento sobre programas de apoio à criação de RPPNs nos municípios de Jardim e Bonito (MS) pelos entrevistados. Fonte: Martins e Martins (2006)

2.4.2 Conflitos do uso do solo e preservação ambiental na região

Os municípios do Mato Grosso do sul têm como histórico de principais atividades econômicas a agricultura e a pecuária. A cidade de Bonito, MS, sempre teve como principal atividade econômica a pecuária, porém a partir de meados da década de 1990 o turismo e seus serviços também se tornam importantes, transformando-se na principal atividade.

Desde 2014, observa-se um aumento da conversão de áreas de pastagem por soja e milho, o que preocupa o segmento turístico e os ambientalistas pela forma que estas estão sendo praticadas, sem medidas para conservação do solo. Se não forem observadas as peculiaridades do local, como o relevo cárstico, estas atividades podem colocar em risco

algumas características essenciais destes ambientes, como a transparência das águas dos rios e sua rica biodiversidade.

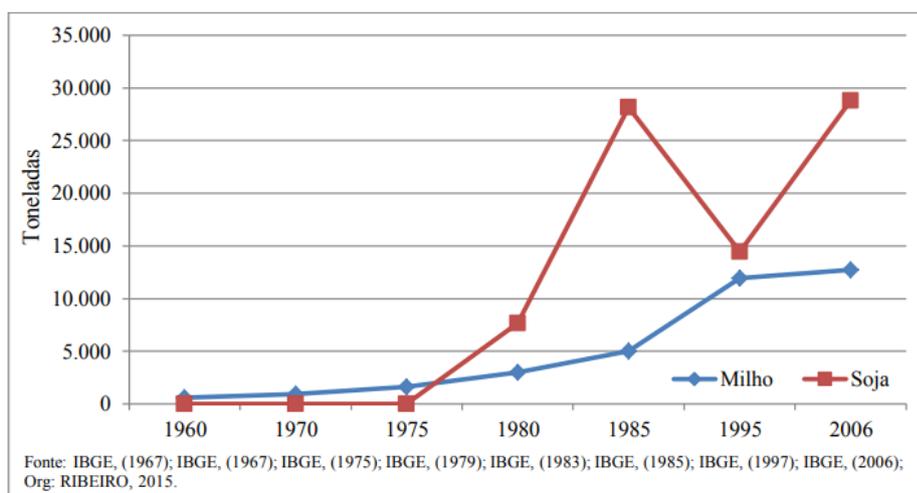


Figura 27. Produção de soja e milho em Bonito/MS de 1960 a 2006. Fonte: Oliveira (2017).

No relevo cárstico, ocorre o transporte de sedimentos para o aquífero por meio de água corrente, fazendo com que o solo e outros sedimentos do uso da terra possam ser contaminantes potenciais, além de afetar o fluxo de água subterrâneo, modificando a drenagem (Veni, 2001). Além disso, a agricultura mecanizada e dependente de agroquímicos, coloca em risco de extinção espécies da fauna e flora. Portanto, o processo de carregamento de sedimentos da agricultura pode afetar o fluxo de água subterrânea e a qualidade da água.

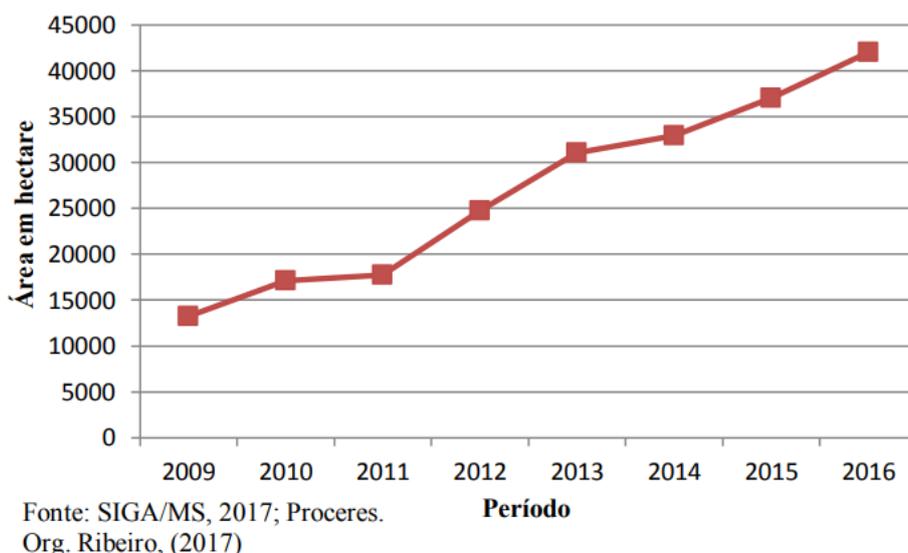


Figura 28. Área ocupada por lavouras em Bonito/MS 2009-2016. Fonte: Oliveira, 2017.

A figura 28 demonstra que é notável a expansão das áreas de lavouras no município de Bonito, MS. Atualmente, o turvamento frequente dos rios cênicos é o grande embate

entre ambientalistas e agricultores. Os ambientalistas argumentam que o problema tem se tornado recorrente pelo manejo inadequado do solo, como falta de curvas de nível e ocupação de áreas de banhado (Oliveira, 2017).

As modificações nas áreas de cultivo e substituição de pastagem natural por exóticas têm alterado significativamente as áreas do Prata e entorno, constituindo novas áreas para agricultura. Isso tem contribuído para a diminuição das áreas de banhado que regulam a disponibilidade e qualidade hídrica local. Além de atividades agropastoris no entorno do banhado, diversos canais de drenagem, que visam converter áreas naturais em campos para cultivo (FNB, 2016).

No sentido de proteger as nascentes de rios cênicos, unidades de conservação têm sido propostas, como o Refúgio da Vida Silvestre Banhado do Rio da Prata. O RVS Banhado do Rio da Prata está localizado no limite do município de Bonito/MS e Jardim/MS, com áreas em ambos os municípios. O local abriga áreas de nascentes e recarga do rio principal, sendo dividido em duas partes que ocupam uma extensão total de 4.647,08.

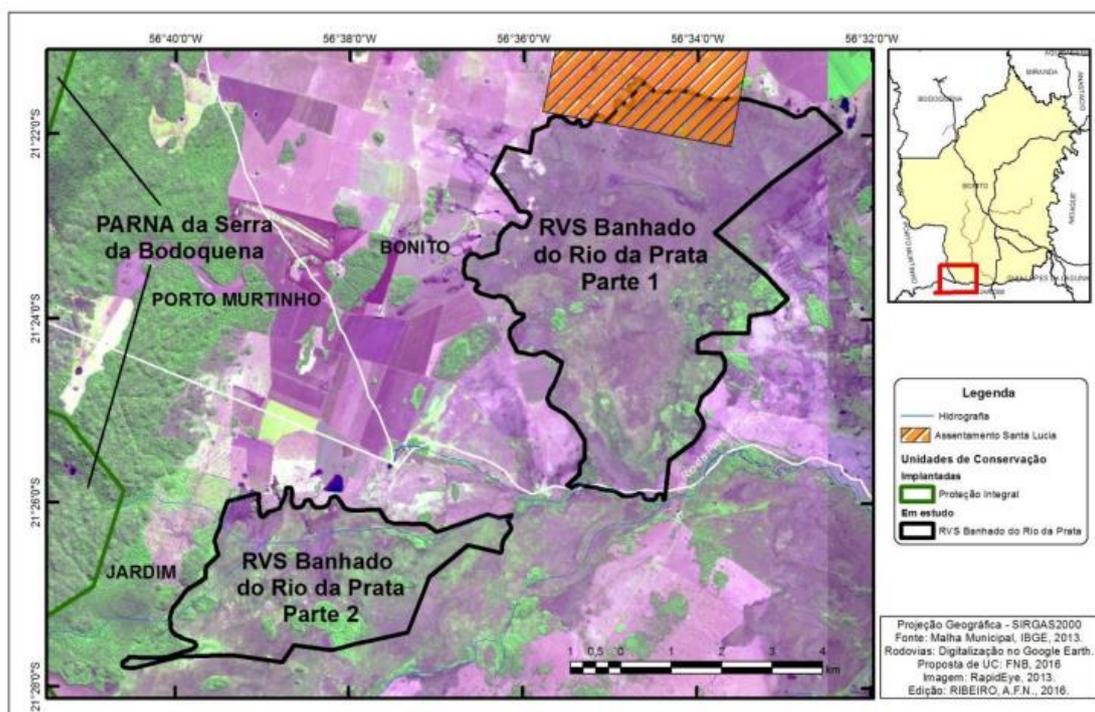


Figura 29. Localização do Refúgio da Vida Silvestre – RVS Banhado o Rio da Prata e seu entorno. Fonte: Oliveira, 2017.

Para reverter a situação de degradação é primordial conciliar as atividades agrícolas com a conservação ambiental. Para isso, é importante que o poder público, instituições de pesquisa e iniciativa privada de ambos os setores façam a gestão integrada observando as particularidades dos ambientes, além da criação de uma unidade de conservação na região

dos banhados, protegendo nascentes, remanescentes de vegetação nativa e sua fauna associada.

Um marco muito importante na proteção dos rios de Bonito foi o Decreto Estadual nº 15.197 de 21/03/2019 que determina que as ações mecanizadas de preparo do solo nas propriedades rurais localizadas nos municípios de Bonito e Jardim apresentem um projeto técnico de manejo e conservação do solo e água antes de serem executados.

A medida tem por objetivo preservar a integridade dos recursos hídricos e reduzir o impacto do carreamento de sedimentos aos rios e córregos, principalmente no período de chuvas e evitar maiores prejuízos ao meio ambiente e atividades econômicas coexistentes em Bonito e Jardim, como a agricultura e o turismo.

O decreto, publicado após intensa discussão do tema com produtores rurais, trade turístico, MPE, Organizações da Sociedade Civil (OSC) e prefeituras, disciplina a apresentação de “Projeto Técnico de Manejo e de Conservação de Solo e Água” para implantação de atividades que necessitem de ações de mecanização de solo nas Bacias de Contribuição do Rio da Prata e do Rio Formoso, nos municípios de Jardim e Bonito.

3 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA RPPN

Antes da área ser transformada em uma Unidade de Conservação, alguns trechos faziam parte dos pastos utilizados para o gado, principalmente as áreas de borda. Após a colocação da cerca de delimitação ao redor da UC, esta atividade foi completamente eliminada. Atualmente, toda a área da RPPN encontra-se cercada e lacrada para regeneração natural da vegetação.

Na RPPN Fazenda Cabeceira do Prata são desenvolvidas duas atividades: pesquisa e visitação turística. A visitação turística ocorre desde 1995, antes da criação da RPPN. Desde o seu início já foram adotados procedimentos para mínimo impacto, sendo realizada em pequenos grupos com acompanhamento de guia de turismo.

A atividade principal desenvolvida atualmente dentro da RPPN é a visitação turística através dos roteiros de Trilha e Flutuação, Mergulho com cilindro, Observação de Aves e Passeio a cavalo, nos moldes apresentados ao longo deste documento.

4 PESQUISA CIENTÍFICA

4.1 PESQUISAS FINALIZADAS

Diversos pesquisadores já visitaram a Fazenda Cabeceira do Prata para subsidiar pesquisas realizadas na própria área e também para a região.

Os seguintes trabalhos utilizaram dados obtidos dentro da propriedade:

- Sousa, F. F. e Lara, C. B. Q. Análise da Trilha Interpretativa do Recanto Ecológico Rio da Prata em Jardim/MS: Possibilidades para a interpretação do patrimônio. 13º Forum Internacional de Turismo do Iguassu, PR, Brasil. 2019
- Sabino, J. e Andrade, L. P. Uso e Conservação da Ictiofauna no Ecoturismo da Região de Bonito, MS: Biota Neotropica. 2003
- Coelho, L. S.; URT, M. C. M.; DULEBA, S.; LEMOS, V. B. Turismo em Unidades de Conservação: resultados do Plano de Manejo da RPPN Faz. Cabeceira do Prata, Jardim, MS. Tourism and Karst Areas Vol. 4 N. 2 2011
- Bilha, A.A.; Schneider, V.E.; Esterquile Junior, O. Análise da influência turística sobre o comportamento dos peixes no rio Olho d'Água, Jardim (MS). Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.10, n.2, mai/jul 2017, pp.395-410.
- Duleba, S. e Ferreira, V. L. Community of amphibians and reptiles in the Private Reserve of Natural Heritage Cabeceira do Prata, Jardim, Mato Grosso do Sul, Brazil. ATBC, UFMS, 2012
- Duleba, S. e Ferreira, V. L. Herpetofauna Associated with termite mounds in a pasture, Mato Grosso do Sul State, Brazil. Herpetological Bulletin (2014) 127:10-16
- Teresa, F. B.; Romero, R. M.; Casatti, L.; Sabino, J. *Habitat simplification affects nuclear-follower foraging association among stream fishes*. Neotropical Ichthyology, 9(1):121-126, 2011
- Brambilla, M. e Pellin, A. [coord.] (2006) *Projeto Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena: Ações prioritárias do Plano de Conservação e Implementação*. Relatório técnico. Campo Grande: Fundação Neotrópica do Brasil e Conservação Internacional do Brasil. v1. 434p.
- Coelho, H. R. P.; Pivatto M. A. C.; Manço D. G.; Maria, V. R. B.; Maria F. S. E Silva, F. A. (2005) *Guia de Campo de Bonito: Conhecendo a fauna e a flora da Serra da Bodoquena*. Bonito: edição própria. 120p.
- Duleba, S. (2006) *Programa de Monitoramento Ambiental do Sítio Turístico Recanto Ecológico Rio da Prata, Bonito, MS*. Relatório técnico. Jardim: Japacanim Ecoturismo.

- Floeter, S. R. Impacto da ictiofauna em comunidades bentônicas: gradiente latitudinal em ambientes recifais na costa brasileira e comparações com sistemas de água doce. Relatório Jovem Pesquisador CNPq. 2008
- Manço, D. D. G.; Pivatto, M. A. C.; Maria, V. B. R. E Maria, F. S. (2004) *Relatórios de monitoramento ambiental, RPPN Fazenda Cabeceira do Prata (2002-2004)*. Relatório técnico. Jardim: Japacanim Ecoturismo.
- Martins, B. M. K. (2003) *Desenvolvimento do Ecoturismo em RPPNs no Mato Grosso do Sul*. Monografia. Campo Grande: Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal.
- Museu Nacional (2000) *Levantamento preliminar da fauna de mamíferos da região da Serra da Bodoquena (Bonito, MS)*. Rio de Janeiro: Museu Nacional.
- Palo-Junior, H. (2004) *Guia dos Peixes da Bacia Hidrográfica do Rio da Prata*. Arquivo digital. Brazil Image Bank, Haroldo Palo Produções.
- Pivatto, M. A. C. (2006) *Turismo de Observação de Aves como alternativa de uso sustentável: estudo de caso na região do Pantanal e do Planalto da Bodoquena, Mato Grosso do Sul*. Dissertação de Mestrado. Campo Grande: Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal.
- Pivatto, M. A. C.; Manço, D. D. G.; Straube, F. C.; Urben-Filho, A. e Milano, M. (2006) Aves do Planalto da Bodoquena, Estado do Mato Grosso do Sul (Brasil). *Revista Atualidades Ornitológicas*. 129:28.
- Reys, P. et al., Frugivory by the fish Brycon hilarii (Characidae) in western Brazil, *Acta Oecolo.* (2008), doi:10.1016/j.actao.2008.09.007
- Sabino, J. (1998) Levantamento da ictiofauna. *Em: Willink, P. W; Chernoff, B.; Alonso, L. E.; Montambault, J. R e Lourival, R. (eds). 2000. A biological assessment of the aquatic ecosystems of the Pantanal, Mato Grosso do Sul, Brasil. RAP Bulletin of Biological Assessment 18. Washington: Conservation International. 306p.*
- Scremin-Dias, Edna; Pott, Vali J.; Hora, Regis C. e Souza, Paulo R. (1999) *Nos jardins submersos da Bodoquena*. Guia para identificação de plantas aquáticas de Bonito e região. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. 160p.
- Silveira, A. (2005) *Lista preliminar cumulativa da avifauna observada na região de Bonito - MS. A Última Arca de Noé*. Disponível em <<http://www.ultimaarcadenoe.com.br/index1.htm>>.
- Teresa, F. B.; Romero, R. M.; Casatti, L.; Sabino, J.; Fish as Indicators of Disturbance in Streams Used for Snorkeling Activities in a Tourist Region. *Environmental Management*. 2011

- Teresa, F. B.; Sazima, C.; Sazima, I.; Floeter, S. R. Predictive factors of species composition of follower fishes in nuclear-follower feeding associations: a snapshot study. *Neotropical Ichthyology*, 12(4): 913-919, 2014
- Tusset, E. A.; Tremarin, P. I.; LUDWIG, T. A. Two new Stauroneis species (Bacillariophyta, Stauroneidaceae) from midwestern karstic Brazilian formations. *Phytotaxa*. 6/07/2018.
- Tusset, E. A.; Tremarin, P. I.; LUDWIG, T. A. Morphology of Adlafia taxa (Bacillariophyta, Cymbellaceae), with proposition of two new species from Brazil. *Phytotaxa*. 16/05/2017.
- Nunes, T. L et al. Habitat and community structure modulate fish interactions in a neotropical clearwater river. *Neotropical Ichthyology*, 18(1): e190127, 2020

4.2 PESQUISAS VINCULADAS AO PLANO DE MANEJO

As pesquisas realizadas na RPPN Fazenda Cabeceira do Prata para fomentar o Plano de Manejo tem como segundo objetivo a publicação científica, aumentando o conhecimento sobre as características naturais e sociais da região. Os seguintes trabalhos foram realizados nesta etapa:

- ANDRADE, L. P. *Invertebrados aquáticos dos rios Olho d'Água e Prata, RPPN Fazenda Cabeceira do Prata, Jardim, MS.*
- DULEBA, S. *A herpetofauna da Fazenda Cabeceira do Prata em Jardim (MS).*
- MAINCHEIN, J. *Percepção sobre a RPPN Fazenda Cabeceira do Prata pelos visitantes, funcionários e guias de turismo.*
- MARIA, V. R. B. *Fitofisionomia e florística da RPPN Fazenda Cabeceira do Prata em Jardim, MS.*
- MILANO, M. Z. *A Mastofauna não-voadora na RPPN Fazenda Cabeceira do Prata, Jardim, MS.*
- PIVATTO, M. A. C. e MELO, F. P. *Caracterização da avifauna da Fazenda Cabeceira do Prata (Jardim, MS) como subsídio para ações de manejo e conservação.*
- SABINO, J. *Ictiofauna na RPPN Fazenda Cabeceira do Prata, Jardim, MS.*

4.3 DEMANDA CIENTÍFICA

Além dos trabalhos já realizados na RPPN Cabeceira do Prata, faz-se necessário o fomento de novas pesquisas que possam subsidiar ações de conservação, recuperação e manejo desta área e servir de base para projetos em outras regiões.

Com base nos dados levantados durante o desenvolvimento do Plano de Manejo, os técnicos sugeriram que os seguintes parâmetros sejam pesquisados na RPPN Fazenda Cabeceira do Prata, de forma a subsidiar futuro manejo da UC:

- Relação das espécies florestais chaves com o mecanismo de polinização e dispersão - frugivoria;
- métodos eficientes para recomposição da antiga cascalheira;
- marcação de árvores matrizes, de forma a subsidiar as ações de recuperação da própria RPPN;
- regeneração nas áreas alteradas;
- conhecimento pontual das espécies herbáceas ocorrentes nos cerrados;
- estabelecimento de parcelas-permanentes, de forma a efetuar pesquisas, com taxas de crescimento, biomassa, recrutamento e mortalidade, seqüestro de carbono, estrutura fitossociológica, alterações florísticas, dentre outras;
- estudos da vegetação aquática;
- estudos sobre a composição e distribuição da fauna local, considerando variáveis ambientais e efeitos decorrentes da atividade turística e da fragmentação de habitat;
- estudos sobre a composição da ictiofauna nas nascentes do rio Olho d'Água;
- estudos sobre a influência da visitação turística sobre a ictiofauna;
- continuidade do levantamento da herpetofauna da RPPN Cabeceira do Prata, englobando dados coletados da estação chuvosa, onde ocorrem os picos de atividade reprodutiva dos anfíbios;
- estudos sobre a história natural de *Hydrops caesurus*;
- inventário de avifauna nas demais áreas da Fazenda fora da RPPN e arredores;
- estudos sobre bandos mistos (avifauna);
- estudos sobre suporte real da RPPN nos processos reprodutivos e de abrigo para espécies campícolas associadas;
- estudo sobre leques de *Pipra fasciicauda* e outras espécies;
- estudo sobre *Coryphas piza melanotis*;
- levantamento da fauna de quirópteros (morcegos);
- estudos sobre os padrões de utilização da área por mamíferos carnívoros;
- pesquisas diretamente relacionadas à história natural e à ecologia da nova espécie de *Rhipidomys*;
- pesquisas diretamente relacionadas à história natural e à ecologia de *Gracilinanus agilis* e *Gracilinanus* sp.
- monitoramento das populações das espécies, tais como macaco-prego (*Sapajus cay*), cutia (*Dasyprocta azarae*) e queixadas (*Tayassu pecari*);

- acompanhamento das interações entre animais silvestres e os visitantes da área;
- estudos de maior escala espacial, que busquem avaliar o papel da área da RPPN dentro da paisagem regional;
- estudo de invertebrados terrestres;
- estudos sobre potencial apícola;
- estudos limnológicos e hidrológicos;
- estudos de hidrogeologia;
- estudos sobre manejo de solo e combate à erosão;
- estudos sociais / turísticos;
- reavaliação dos estudos/cálculos sobre a capacidade de carga do passeio;
- grau de significância da RPPN da Fazenda Cabeceira do Prata para o corredor de biodiversidade do PN Serra da Bodoquena.

5 VISITAÇÃO TURÍSTICA

5.1 RECANTO ECOLÓGICO RIO DA PRATA

A operação turística na propriedade iniciou-se em junho de 1995 sob o nome Recanto Ecológico Rio da Prata, utilizando infra-estrutura adaptada na sede da fazenda, o primeiro passeio a ser oferecido foi a flutuação nos rios Olho d'Água e Prata.

Desde o seu início, a operação turística do Recanto Ecológico Rio da Prata foi baseada em cinco itens principais: segurança, capacidade de carga limitada, procedimentos para mínimo impacto ambiental, qualidade dos serviços e treinamento de equipe.

Ao longo da operação do atrativo, uma das filosofias principais da empresa foi a de sempre adequar e inovar a operação com base nas experiências adquiridas com o tempo. Os investimentos foram feitos aos poucos, conforme o passeio evoluía e os empreendedores adquiriam conhecimentos através da participação em eventos e associações e também com a contratação de consultores.

Desde o início o passeio aderiu ao sistema do Voucher Único, sendo vendido pelas agências de turismo do município de Bonito e Jardim. Em 2020, o empreendimento trabalha com aproximadamente 60 guias de turismo autônomos credenciados e 40 agências de turismo dos municípios de Bonito e Jardim.

O atrativo principal é o rio Olho d'Água, onde é feita uma flutuação por toda sua extensão a partir do lago fluvial conhecido como Nascente (as nascentes verdadeiras não são visitadas pelo público) até seu encontro com o rio da Prata, e deste até o ponto

denominado Deque de Pedra. O trecho total percorrido durante esta atividade é de aproximadamente 1.650 metros no rio Olho d'Água e aproximadamente 500 metros dentro do rio da Prata. Este trecho final, durante a atividade de flutuação, pode ser percorrido também por barco com motor elétrico e energia solar. Outras atividades oferecidas são mergulho de cilindro, passeio a cavalo e observação de aves/passarinhada.

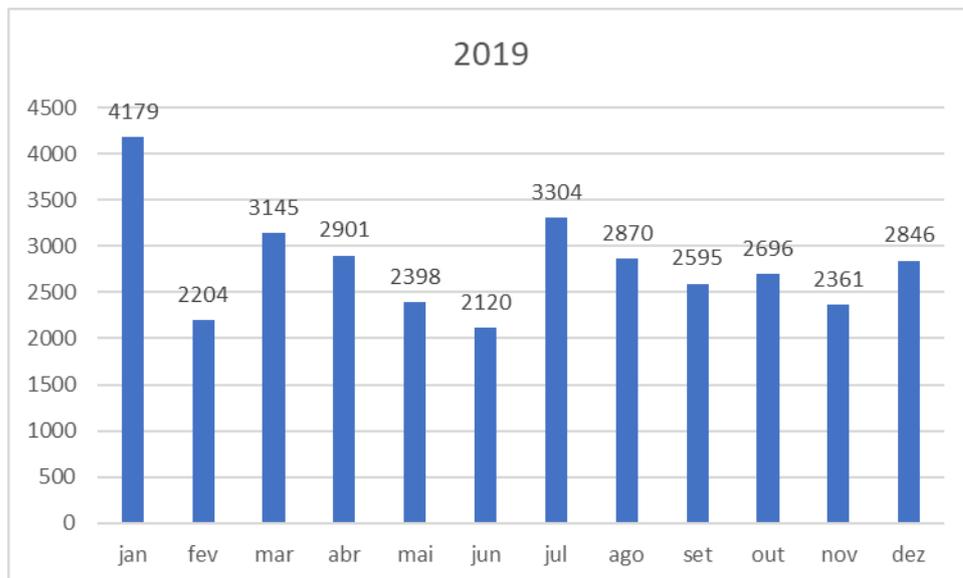
Após a realização da atividade, o visitante recebe um e-mail perguntando o seu grau de satisfação indicando uma nota de 1 à 10, existente um campo aberto também para opiniões e sugestões sobre a qualidade da operação turística.

O objetivo é acompanhar o grau de satisfação do visitante para manter um bom padrão de atendimento. As respostas são lidas pelos proprietários e repassadas para os funcionários e guias de turismo. Além desta forma de expressar a opinião, o turista conta com um Livro de Visitantes na fazenda, sendo que ambos também servem como base para revisar estratégias operacionais.

A visitação turística no Rio da Prata é integrada ao pólo de turismo que envolve os municípios de Jardim, Bonito e Bodoquena, sendo que grande parte dos visitantes se hospeda em Bonito, onde está localizada a maioria dos sítios turísticos e meios de hospedagem da região. O público principal é brasileiro, sendo que os períodos de maior movimento se concentram nos meses de janeiro, fevereiro e julho, coincidindo com as férias escolares, e picos de movimentos nos feriados nacionais e regionais. Algumas destas datas fazem parte do calendário de alta e baixa temporada turística, instituído pelo *trade* turístico regional, que estabelece diferenças nos valores cobrados para visitação ou seja, as tarifas são mais altas no período de alta temporada turística.

Nota-se pelo gráfico abaixo que existe uma clara variação entre a visitação nos meses ao longo do ano, existindo meses de alta e baixa temporada, fato que acompanha férias escolares e feriados.

Figura 30. Visitação turística na RPPN Cabeceira do Prata entre janeiro e dezembro de 2019.



Abaixo estão descritas as atividades turísticas oferecidas.

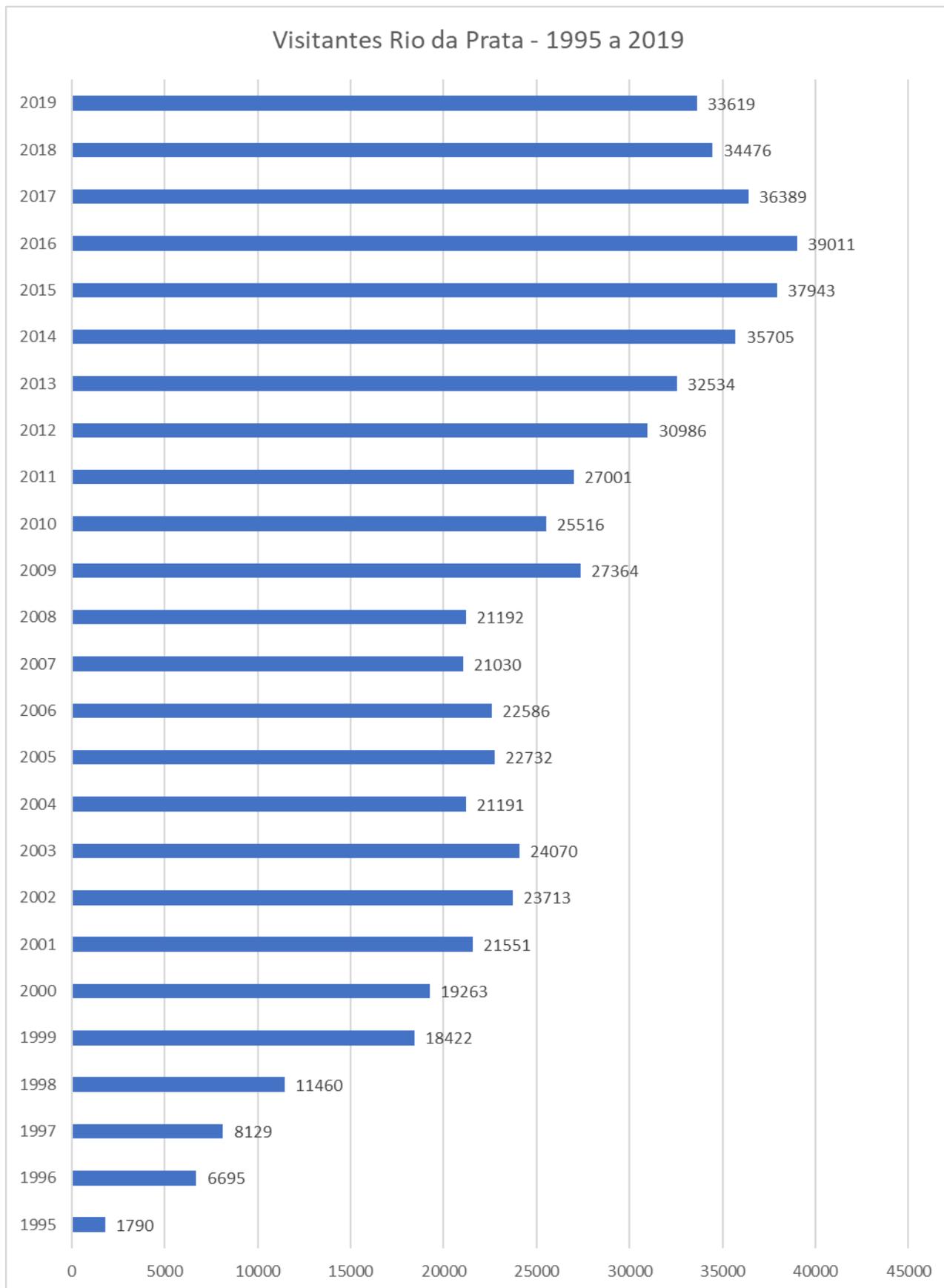


Figura 31. Total de visitantes na RPPN Cabeceira do Prata entre 1995 e 2019.

5.2 TRILHA E FLUTUAÇÃO

Esta é a atividade principal oferecida pelo atrativo turístico. O agendamento dos grupos é feito através das agências de turismo de Bonito e Jardim, sempre respeitando-se as regras referentes a horários, limite de pessoas por grupo e capacidade de carga diária. Os grupos devem chegar à casa-sede da fazenda com no mínimo 30 minutos de antecedência ao horário marcado para o passeio, e são obrigatoriamente acompanhados por guia credenciado no passeio e cadastrado na EMBRATUR.

Todo o passeio é realizado dentro da RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural) Fazenda Cabeceira do Prata.

No horário determinado, e após a assinatura do seguro individual, o grupo é conduzido pelo guia até a sala de equipamentos, onde receberá todas as instruções sobre a atividade, suas regras e procedimentos, e o equipamento individual.

Os grupos de até 10 visitantes equipados e acompanhados de guia são transportados até o início da trilha interpretativa pelo veículo de apoio, onde se inicia a caminhada, recebendo informações sobre aspectos da mata ciliar e da fauna. As trilhas possuem placas sobre fauna, flora e de regras ambientais. As placas são pequenas e estão localizadas tanto no chão (fincadas em haste de madeira ou ferro) como presas com correntes em árvores.

Existem duas possibilidades de roteiro de trilha interpretativa:

1. **Trilha original:** percurso maior de trilha, inicia no Desembarque da F-350 até a “Nascente” do Rio Olho d’Água. Este percurso tem a extensão de 2.207 metros e é percorrido em aproximadamente 50 minutos.
2. **Trilha resumida:** percurso menor de trilha, inicia diretamente no estacionamento da “nascente”, segue por trecho até o deque de emergência, retorna por outro trecho de trilha para o deque da “nascente”. Percurso de aproximadamente 400 metros.

Desde 1995, a capacidade de carga da atividade de Trilha e Flutuação é de 150 visitantes/dia, 15 grupos diários com intervalo de 20 a 30 minutos entre eles, divididos em grupos de 10 visitantes mais o guia e/ou monitor.

Os dados dos monitoramentos ambientais (vide Análise Integrada De Diagnóstico Atualizada – item 18 do Volume 1 do Plano de Manejo) demonstram que esta capacidade de carga não traz impactos negativos aos ambientes visitados, nem a fauna e flora locais, ao contrário, a qualidade do ambiente vem até melhorando, com o aumento do registro de espécies ameaçadas de extinção. Também é importante levar em consideração que a RPPN é muito bem cuidada através desta observação diária, todas as estruturas e trilhas são

vistoriados diariamente, assim como todos os dados ambientais registrados, não só pelos monitores, mas também pelos guias de turismo em seus relatórios de passeios.

Baseado nesta observação diária, e considerando que a capacidade de carga máxima só será atingida esporadicamente na alta temporada quando há demanda, estipula-se que a capacidade de carga poderá ser alterada para grupos de até 11 visitantes mais o guia, sendo 18 grupos diários marcados com intervalos entre 7h da manhã e 16h da tarde (horários começando mais tarde e variando em função da época do ano e demanda). Sendo que o último grupo não desce o rio, faz apenas a flutuação na nascente. Assim, a capacidade de carga da RPPN para o passeio de trilha e flutuação é de até 216 pessoas/dia.

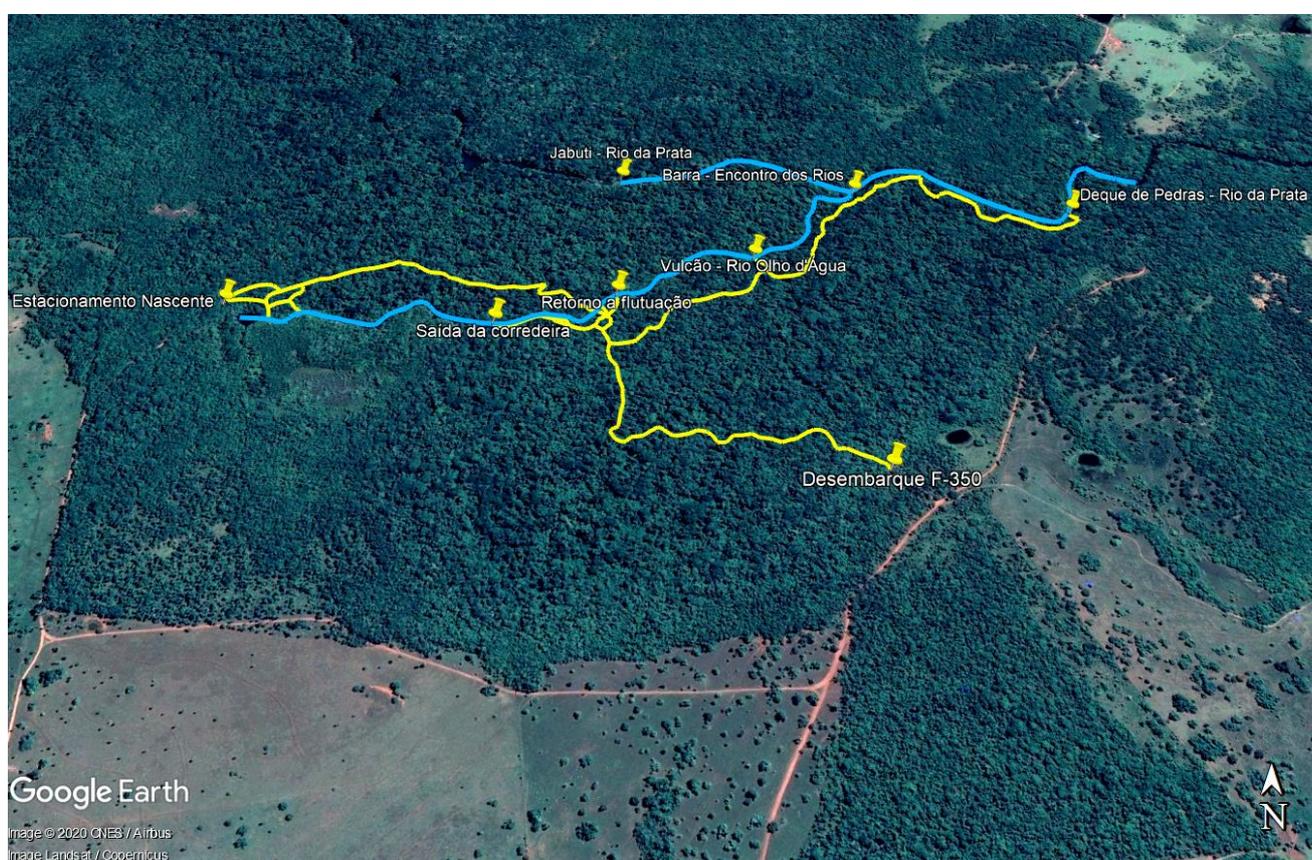


Figura 32. Mapa das trilhas usadas **diariamente** para visitação turística e fiscalização na RPPN Cabeceira do Prata (Jardim, MS). Traçados obtidos em GPS sobre imagem Google Earth (2019).

Após a caminhada, os visitantes chegam ao Lago Fluvial conhecido como “Nascente”, onde recebem as instruções específicas para a atividade de flutuação, bem como todas as recomendações sobre os cuidados ambientais. Durante o treinamento, o guia e o monitor de apoio avaliam a capacidade de cada participante para realizar a flutuação, levando em conta suas condições físicas, adaptabilidade ao equipamento e riscos de impacto ambiental. O tempo de permanência do grupo na área é de aproximadamente 30 minutos e, em seguida,

inicia-se a descida pelo rio Olho d'Água. O guia vai sempre na frente do grupo, que deve segui-lo em fila indiana, com intervalos entre cada integrante. Um monitor de apoio pode fechar o grupo se necessário.

OBS: As verdadeiras áreas de nascente do Rio Olho d'água estão em canais laterais e no berçário, áreas protegidas, sem visitação.

A flutuação é interrompida no trecho de corredeira, onde o grupo utiliza uma trilha de desvio de aproximadamente 350 metros de extensão, retornando à atividade no rio Olho d'Água após a mesma.

Ao término da flutuação no rio Olho d'Água, no ponto onde este deságua no rio da Prata, existem duas opções de continuação do passeio. A primeira opção é continuar a flutuação pelo Rio da Prata, em um percurso adicional de aproximadamente 500 metros percorridos em uma média de 20 minutos, finalizando no Deque de Pedras. A segunda alternativa é finalizar a atividade via barco de apoio (barco com motor elétrico e energia solar), percorrendo o mesmo trajeto. Caso o grupo se divida, o guia obrigatoriamente acompanha aqueles visitantes que forem pela água, enquanto o barco fica a cargo do condutor da embarcação (funcionário da fazenda devidamente treinado e com cursos específicos para o cargo).

Quando todo o grupo chega ao “Deque de Pedras”, o guia recolhe em sacolas de lona o equipamento utilizado (máscaras e snorkels, coletes salva-vidas) que será encaminhado para a higienização, e os turistas se utilizam dos vestiários e banheiro químico*, sendo em seguida conduzidos pelo carro de apoio até a casa-sede, finalizando o passeio.

*Temos dois banheiros químicos portáteis instalados nos vestiários do Deque de Pedras. São transportados diariamente e esvaziados no receptivo e higienizados.

5.3 MERGULHO COM CILINDRO

Atividade de mergulho autônomo, operada por instrutores certificados, com experiência comprovada e treinados no local. O grupo é composto por 2 guias de mergulho e até 06 visitantes. Sua operação teve início em 2001. O passeio é realizado em intervalos de 1 hora com até 04 grupos diários, acompanhados geralmente por 2 instrutores de mergulho, com carga máxima de 32 pessoas/dia. A profundidade máxima atingida é de 7 metros. O mergulho é realizado no rio da Prata e tem duração de 45 minutos a 1 hora, percorrendo o trajeto de aproximadamente 500 metros, entre o “deque de embarque do barco de apoio” e terminando no Deque de Pedra. A atividade conta com o apoio do barco com motor elétrico para subir o rio com os cilindros e visitantes, e é operada quando as condições de visibilidade do rio da Prata são favoráveis.

5.4 PASSEIO A CAVALO

Sua operação teve início em 2001. É um passeio que permite a apresentação e a valorização de aspectos da cultura regional, além de propiciar uma atividade educacional ligada ao meio ambiente, pois percorre trechos onde a vegetação é bastante diversa daquela encontrada durante o percurso ao longo dos rios Olho d'Água e Prata. Para garantir segurança e qualidade aos visitantes que desejarem fazer a Passeio a cavalo na fazenda, antes de sua operação foi elaborada uma listagem de normas e procedimentos, a qual é obrigatoriamente lida e compreendida por todos os envolvidos diretamente nesta atividade (guias de turismo e funcionários da fazenda). Nela constam informações sobre a apresentação, explicações iniciais, duração, principais atrativos, o que levar / vestir, atitudes não recomendáveis, instruções de montaria, procedimentos a serem seguidos antes, durante, ao final e após o passeio.

A atividade inicia-se na Sede da fazenda e dura cerca de 1 ½ hora. Percorre basicamente campos com pastagens, capoeiras e matas de Cerrado, permitindo a visualização de paisagens da Serra da Bodoquena e a possibilidade de se observar animais do Cerrado. O circuito, com extensão de aproximadamente 4.470 metros fica sujeito a pequenas variações de trajeto dependendo do interesse do visitante, condições climáticas e horários. Na maior parte do percurso pelos campos de pastagens da fazenda, a trilha situa-se em terreno plano, havendo alguns pontos isolados de aclives e declives suaves acompanhando o relevo local. Um pequeno trecho da RPPN é utilizado no percurso. O passeio é realizado em grupos de no máximo 08 visitantes mais o condutor, em intervalos de 30 minutos, com carga máxima de 36 pessoas/dia (considerando o condutor).

A trilha tem aspecto circular, terminando no ponto de partida. Esta característica minimiza os impactos de visitação e melhora a qualidade do passeio para o visitante, já que o grupo não passa mais de uma vez pelos mesmos lugares. Na maior parte do percurso, a trilha limita-se a uma largura de no máximo 50 centímetros, sendo bem marcada, principalmente por utilizar trilheiros de gado pré-existentes. A trilha do Passeio a cavalo também é monitorada no relatório de impacto ambiental do empreendimento.

5.5 OBSERVAÇÃO DE AVES E PASSARINHADA

A região da Serra da Bodoquena apresenta uma diversidade ambiental bastante considerável, abrigo a maior extensão de florestas naturais do Mato Grosso do Sul ainda preservadas, onde ainda é possível encontrar animais em risco de extinção. Um inventário das aves, que vem sendo feito através de pesquisas científicas por biólogos da região desde 1999, indicou até o momento a ocorrência de 356 espécies na região da Serra da Bodoquena e 466 no Corredor Miranda-Serra da Bodoquena. Na RPPN Cabeceira do Prata foram identificadas 234 espécies de aves (lista no final deste documento) ao longo dos três levantamentos de avifauna já realizados.

De forma pioneira, após uma série de estudos de viabilidade, os proprietários do Recanto Ecológico Rio da Prata decidiram desenvolver um roteiro específico, direcionado à observação de aves, atividade também chamada de Passarinhada. Conforme mencionado anteriormente, o público que procura este tipo de atividade é um público específico que possui alto grau de consciência ambiental, estando atento e adotando seriamente as práticas de mínimo impacto em ambientes naturais.

O roteiro é desenvolvido na RPPN Faz. Cabeceira do Prata, na área da trilha interpretativa, contudo também é realizado nos arredores da sede e na trilha da cavalgada. É desenvolvido em trilhas e horários distintos dos utilizados no programa turístico normal, evitando assim uma maior pressão sobre estas áreas através da distribuição do fluxo ao longo de diferentes horários e localidades.

O passeio de observação de aves é realizado em grupos de no máximo 10 visitantes mais o guia especialista, sendo possível atender até 02 grupos por dia, ou seja, com carga máxima de 22 pessoas por dia.

5.6 NOVOS ROTEIROS DE VISITAÇÃO

Devido ao crescimento da demanda turística e mudança do perfil de visitantes e da possibilidade de expansão da capacidade de carga monitorada, deve-se pensar a criação de novas atividades de visitação para atender públicos diferentes, sempre seguindo as diretrizes do ecoturismo e mínimo impacto. Uma sugestão são três novos roteiros que poderão ser implantados na Zona de Visitação da RPPN. O objetivo de tais roteiros é atender demandas de visitantes de faixas etárias diferenciadas (roteiro terceira idade), atender pessoas interessadas em uma atividade diferente (roteiro caiaques) e atender famílias com crianças pequenas (flutuação na nascente).

1. **Implementação de passeio de caiaque no trecho rio da Prata entre deque de pedras e cascata do jabuti e limite da RPPN (Curva do Rio da Prata):** Foram adquiridos caiaques que atualmente são utilizados apenas pela equipe de monitores para vistoria do Rio da Prata e das barrancas (foto abaixo). Observa-se que existe a demanda para uso dos caiaques por pequenos grupos de visitantes, 1 guia acompanhado de no máximo 4 visitantes, portanto grupos de 5 caiaques, sendo 4 grupos diários, totalizando uma capacidade de carga de 16 visitantes/dia. Por serem leves e sem impactos, os caiaques percorrem diversos trechos do Rio da Prata, sempre orientados a se manterem longe das margens e vegetação subaquática.



Figura 33. Caiaque a remo Bruden

Rio da Prata – Trecho em caiaque
Aproximadamente 1080 metros
Ponto de Embarque e Desembarque (Deque de Pedras):
21° 26' 08.55" S
56° 25' 46.36" O
Ponto mais distante atingido no Rio da Prata - Jabuti:
21° 26' 05.28" S
56° 26' 19.20" O

2. **Implementação de produto de flutuação na nascente do Rio Olho d'água:** Roteiro que consiste apenas em flutuação na nascente. O grupo de 10 visitantes mais o guia é encaminhado diretamente a nascente com o transporte. Flutuam na nascente e retornam para a sede. Realizado somente a tarde após a descida do último grupo da trilha e flutuação. Este passeio será realizado utilizando coletes salva vidas e botas de Neoprene. O tempo de permanência na nascente é de 1 hora e 30 minutos e somente 1 grupo por dia. O monitor da nascente atua como apoio ao grupo.
3. **Implementação de roteiro para terceira idade, com contemplação na nascente do rio Olho dágua e passeio de barco no Rio da Prata:** Roteiro que consiste em contemplação da nascente e passeio de barco no Rio da Prata (**vide detalhamento abaixo**) com possibilidade de banho no Deque de Pedras do Rio da Prata.

***Detalhamento sobre o Passeio de barco no Rio da Prata:** O traslado de barco no Rio da Prata é utilizado como apoio para os visitantes que não conseguem fazer a flutuação no trecho do Rio da Prata, e já é parte do passeio de flutuação desde a sua fundação e se encontra dentro do processo de licenciamento. Em 2019, o barco foi substituído por um novo barco da Levefort, modelo Safari 7.0 metros, com capacidade para 15 pessoas. O barco é movido a motor elétrico com placas de energia solar (foto abaixo).

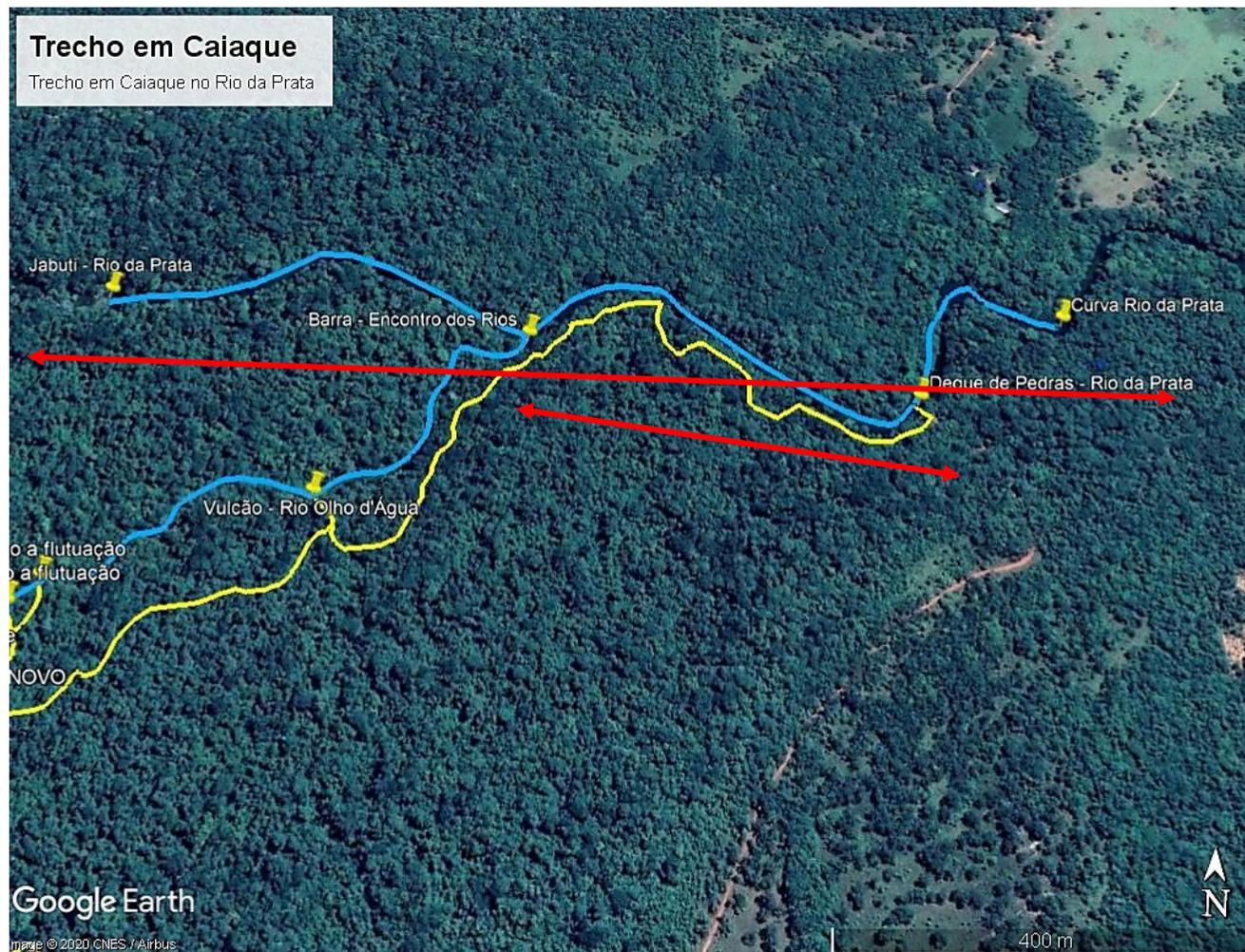


Figura 34. Trechos percorridos em Barco e Caiaque no Rio da Prata. Imagem: trechos gerados por GPS sobre Google Earth Pro (04/09/2018).

OBS: Seta maior indica o trecho percorrido em caiaque, e a Seta menor o trecho percorrido em barco.



Figura 35. Barco Chalana do Prata II no Deque de Pedras do Rio da Prata – Foto: 26/02/2020.

Além destes roteiros, o atrativo continuará aprendendo com as experiências diárias da operação e analisando sempre a formatação de novos produtos turísticos para promoção da sustentabilidade ambiental e econômica, atividade prevista no Programa de Visitação, visando inovar e atender as demandas turísticas das gerações futuras, respeitando-se sempre os objetivos da RPPN.

5.7 CAPACIDADE DE CARGA

Desde 1995, o atrativo opera com a capacidade de carga de 150 pessoas/dia para o passeio de trilha e flutuação. Número que na época da fundação foi estabelecido sem critérios técnicos, apenas através da percepção dos proprietários.

Contudo, os resultados atualizados do diagnóstico ambiental e dos monitoramentos ambientais (Encarte I e Encarte II) demonstram que a qualidade ambiental do atrativo não está só se mantendo, como está melhorando, com o aumento e adensamento da cobertura de florestas na propriedade.

Exemplos disso são a recuperação de 3 das 4 zonas de recuperação da RPPN, presença de espécies ameaçadas de extinção com aparições semanais como Onça parda, Anta e Ariranha. Os indicadores de monitoramento das trilhas mostram a integridade das mesmas e das margens e mata ciliar dos Rios Olho d'Água e Prata.

Desde 2018, observa-se que a capacidade de carga atual não atende a demanda em alta temporada, portanto uma nova capacidade de carga é proposta

para a modalidade de Trilha e Flutuação. A capacidade de carga do atrativo é proposta na tabela abaixo (tabela 11). Ressaltamos que esta é a capacidade máxima, e que só é atingida para a atividade de Trilha e Flutuação nos dias de verão (dias mais longos que permitem mais horários de passeios) e na alta temporada.

A proposição desta nova capacidade de carga é consoante aos dados de diagnóstico ambiental, que demonstram que a qualidade ambiental da área vêm se mantendo, principalmente devido ao manejo diário realizado através da observação de detalhes, exemplo: cascalhamento de trilhas, lombadas para desvio de águas; observa-se o maior risco são realmente as ameaças externas a RPPN.

Para os outros roteiros (passeio a cavalo, mergulho com cilindro e passarinhada) a demanda de visitação é sempre menor do que a capacidade máxima, nunca tendo sido a mesma atingida na história de operação do passeio.

Contudo ressalta-se que as atividades não acontecem todas ao mesmo tempo, e em geral (com exceção da Trilha e Flutuação), nenhuma outra atividade atinge o limite de capacidade de carga. Assim, considerando que a atividade principal é a Trilha e Flutuação, e que são os mesmos turistas que eventualmente realizarão as demais atividades, podemos considerar que a capacidade limite da RPPN é de 216 pessoas/dia.

Tabela 11 – Capacidade de carga – Recanto Ecológico Rio da Prata 2022.

Capacidade de Carga – Recanto Ecológico Rio da Prata RPPN Faz. Cabeceira do Prata - 2022		
	Capacidade de carga	Total
Trilha e Flutuação/Flutuação na nascente	12 pessoas/grupo – 18 grupos diários	216 pessoas/dia
Passeio a cavalo	9 pessoas/grupo – 4 grupos/dia	36 pessoas/dia
Observação de Aves	11 pessoas/grupo – 2 grupos/dia	22 pessoas/dia

Mergulho com cilindro	08 pessoas/grupo – 4 grupos/dia	32 pessoas/dia
Trecho de caiaque*	05 pessoas/grupo - 4 grupos/dia	20 pessoas/dia
Flutuação na nascente do Rio Olho d'Água*	10 pessoas/grupo - 1 grupos/dia	10 pessoas/dia
Roteiro Terceira Idade*	10 pessoas/grupo – 3 grupos/dia	30 pessoas/dia
Observação:	Os números acima levam em consideração guias e instrutores na soma de pessoas por grupo. Equipe da RPPN envolvida em todas as atividades: 3 monitores 4 fotógrafos	

***Novas modalidades.**

Destaca-se a inclusão das novas modalidades oferecidas (passeio de caiaque, roteiro de terceira idade e Flutuação na nascente) na tabela de capacidade de carga. Como as atividades ainda não estão em operação, é difícil prever se existirá realmente a demanda. Assim, em revisões futuras deste documento a capacidade de carga destas novas modalidades pode ser revista ou atualizada a partir da experiência da operação e do resultado dos monitoramentos ambientais.

5.8 PERCEPÇÃO DO VISITANTE

5.8.1 Ano de 2006

Janaina Couto Mainchein

Os visitantes do Recanto Ecológico Rio da Prata (RERP) foram entrevistados com a função de identificar qual sua percepção em relação à RPPN e avaliar a relação dos mesmos com um ambiente protegido. Ao todo foram aplicados 98 questionários (Anexo 8), sendo que desses, 10% foram respondidos por visitantes

estrangeiros. Cabe ressaltar que durante a aplicação das pesquisas foi tomado o cuidado de aplicá-las a diferentes públicos (participantes de excursões ou independentes), que visitaram durante os meses de setembro a novembro de 2006.

Os resultados indicam que 51% dos visitantes entrevistados receberam previamente informações de que estariam visitando uma RPPN durante a atividade turística na Fazenda Cabeceira do Prata, fornecidas em Bonito/MS (78%), que embora não seja o município sede do passeio, é o destino responsável por quase toda a comercialização dos sítios turísticos localizados em Jardim/MS. É relevante a informação de que 56% dos entrevistados não foram motivados por esta informação quando da escolha deste local, indicando que as ações de conservação (formalizadas através da criação de UC), mesmo consideradas importantes pelos entrevistados, ainda não são um fator prioritário na escolha de um roteiro turístico. Isto indica a necessidade de se ampliar a percepção dos visitantes quanto à importância das ações ambientais praticadas pelo sítio turístico. Ainda assim, 65 (66,3%) dos entrevistados consideram que o sítio turístico possui boas condições de conservação ambiental, indicando a visita turística como fator de contribuição para esta situação ao servir como ferramenta para educação ambiental, incentivo de pesquisas científicas e estímulo à criação de novas unidades de conservação.

Conforme foi apontado pelos entrevistados, o guia de turismo cumpre um importante papel na transmissão de informações aos visitantes sobre a RPPN e sua importância para a conservação ambiental. Os controles e regras adotados durante a visita também são compreendidos como positivos para a conservação ambiental sem interferir no aproveitamento do passeio.

Dois indicadores sobre controles e regras adotados merecem destaque: primeiramente, 31% dos entrevistados consideram “indiferente” ou “negativa” a exigência de silêncio durante o passeio, um percentual relativamente alto em se considerando um procedimento tão básico e fundamental para uma boa experiência de ecoturismo. Talvez este seja um ponto a se enfatizar nos próximos treinamentos com os guias de turismo, utilizando exemplos concretos para sensibilizá-los sobre a importância de praticar e cobrar tal atitude, em especial pelo fato de se estar em uma Unidade de Conservação. Cabe ressaltar que é comum se observar guias de turismo falando em um nível de voz bastante acima do desejável quando conduzindo os grupos, o que certamente influencia na atitude do turista. Outro fator merece

destaque positivo: 91% dos entrevistados assumiram como positiva a proibição de se coletar objetos (conchas, frutos, sementes, etc) durante o passeio. A experiência dos autores em visitação a parques nacionais e outras áreas naturais mostra que esta era uma prática bastante difundida e aceita como “normal” até um passado recente, e aparentemente a atitude do visitante está gradualmente mudando, tendendo para uma maior conscientiza o ambiental. A instala o de um centro de visitantes foi apontada como importante por 59% dos entrevistados por propiciar um melhor entendimento sobre o meio ambiente visitado.

Para acompanhar a evolu o da rela o visitantes/RPPN, recomenda-se que questionários com esta temática sejam aplicados periodicamente, pois seus resultados podem ser muito importantes no manejo da área, assim como permitirá identificar o nível de sensibiliza o dos visitantes para a importância de se conservar o meio ambiente, sendo possível conciliar a prática do turismo em unidades de conserva o. Estes questionários poderiam ser oficialmente incorporados no Programa de Monitoramento do sítio turístico e da RPPN.

5.8.2 Ano de 2020

Para identificar a percep o dos visitantes em rela o   RPPN e avaliar a rela o dos mesmos com um ambiente protegido, os visitantes do Recanto Ecológico Rio da Prata foram convidados a responder um questionário online enviado para os e-mails cadastrados no sistema de seguro do atrativo. Ao todo foram enviados 16 mil e-mails solicitando a participa o na pesquisa (Anexo 8), para diferentes públicos de visitantes que visitaram o atrativo entre 2019 e 2020.

5.8.2.1 Resultados

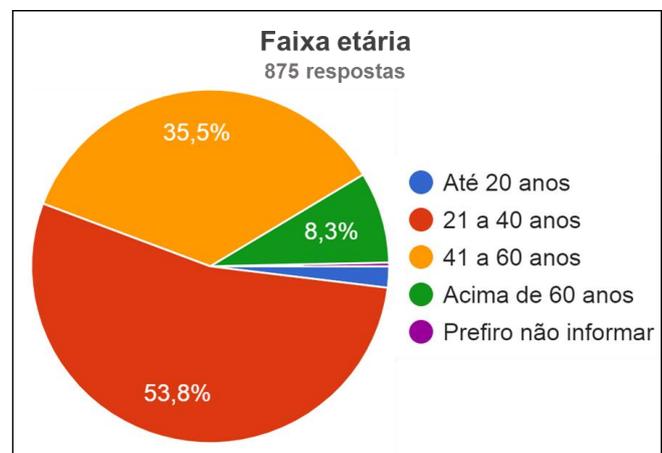
- Origem dos visitantes brasileiros que visitaram o Recanto Ecológico Rio da Prata entre janeiro e março de 2020.

Figura 36. Perfil dos visitantes do Recanto Ecológico Rio da Prata (Jardim, MS), de acordo com o Estado de origem.



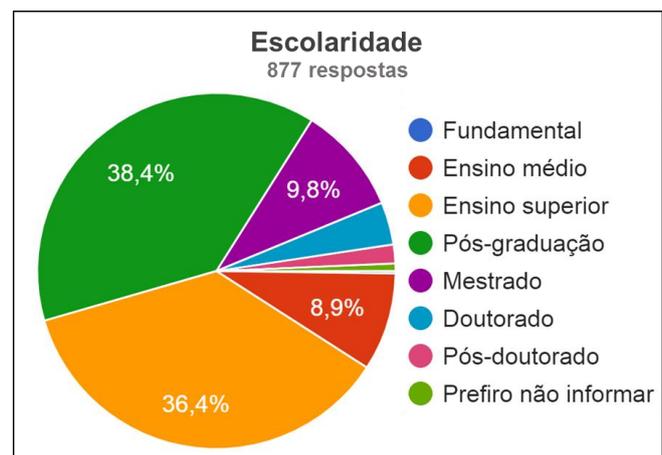
- Faixa etária:

Figura 37. Perfil dos visitantes do Recanto Ecológico Rio da Prata (Jardim, MS), de acordo com a faixa etária dos entrevistados.



- Grau de escolaridade:

Figura 38. Perfil dos visitantes do Recanto Ecológico Rio da Prata (Jardim, MS), de acordo com o grau de escolaridade dos entrevistados.



- Modalidade de passeio mais realizada no Recanto Ecológica Rio da Prata:

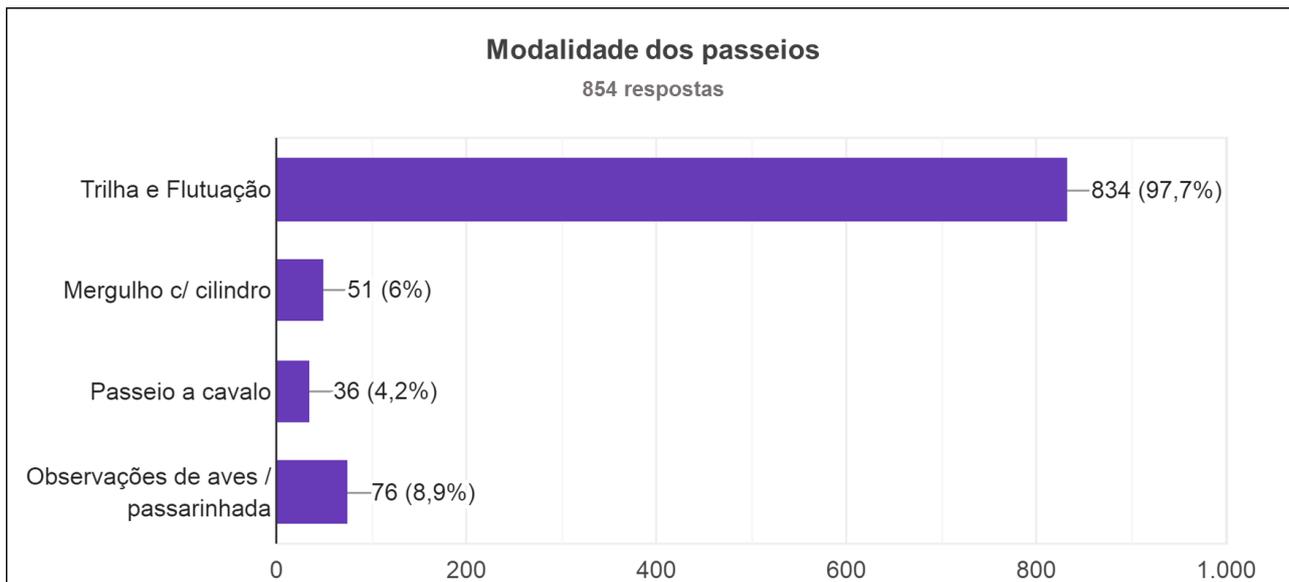
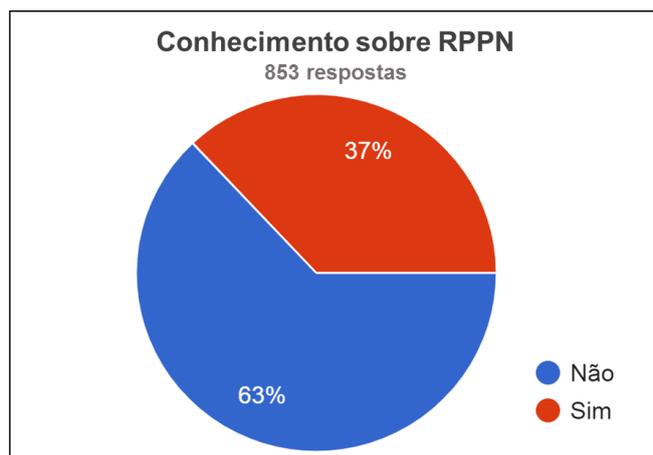


Figura 39. Atividades turísticas praticadas durante a visitação turística do Recanto Ecológico Rio da Prata.

- Conhecimento prévio sobre a existência de uma RPPN na Fazenda Cabeceira do Prata:

Figura 40. Conhecimento sobre a RPPN Cabeceira do Prata (Jardim, MS) antes de visitar o local.



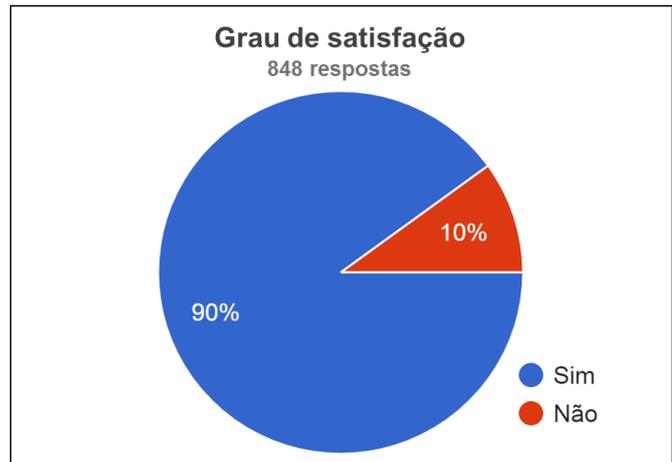
- Influência do fato da atividade turística ser realizada em uma RPPN sobre a escolha deste local:

Figura 41. Influência na escolha deste sítio turístico pelos visitantes por saber que o atrativo está situado dentro da RPPN Cabeceira do Prata (Jardim, MS).



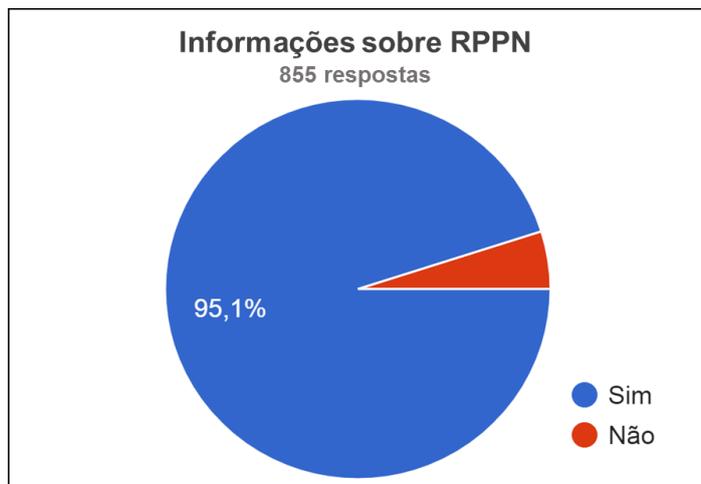
- Se o fato do Recanto Ecológico Rio da Prata estar situado dentro de uma RPPN colaborou no aumento de sua satisfação:

Figura 42. Nível de satisfação em relação à atividade turística ser desenvolvida dentro da RPPN Cabeceira do Prata (Jardim, MS).



- Dos 855 entrevistados, 95,1% assinalaram que durante a visita no RERP receberam informações sobre a RPPN e sua importância para a conservação ambiental, contra 4,9% que afirmaram não receber. De 848 entrevistados, 89% receberam essas informações pelo guia de turismo durante a visita, 39% de placas informativas, 31,7% pela equipe de funcionários do atrativo, 12,8% pela agência de turismo, 9,7% através das mídias (redes sociais, sites, panfletos) e 2,1% assinalaram “outro”.

Figura 43. Transmissão de informações sobre RPPN Cabeceira do Prata (Jardim, MS) durante a atividade turística



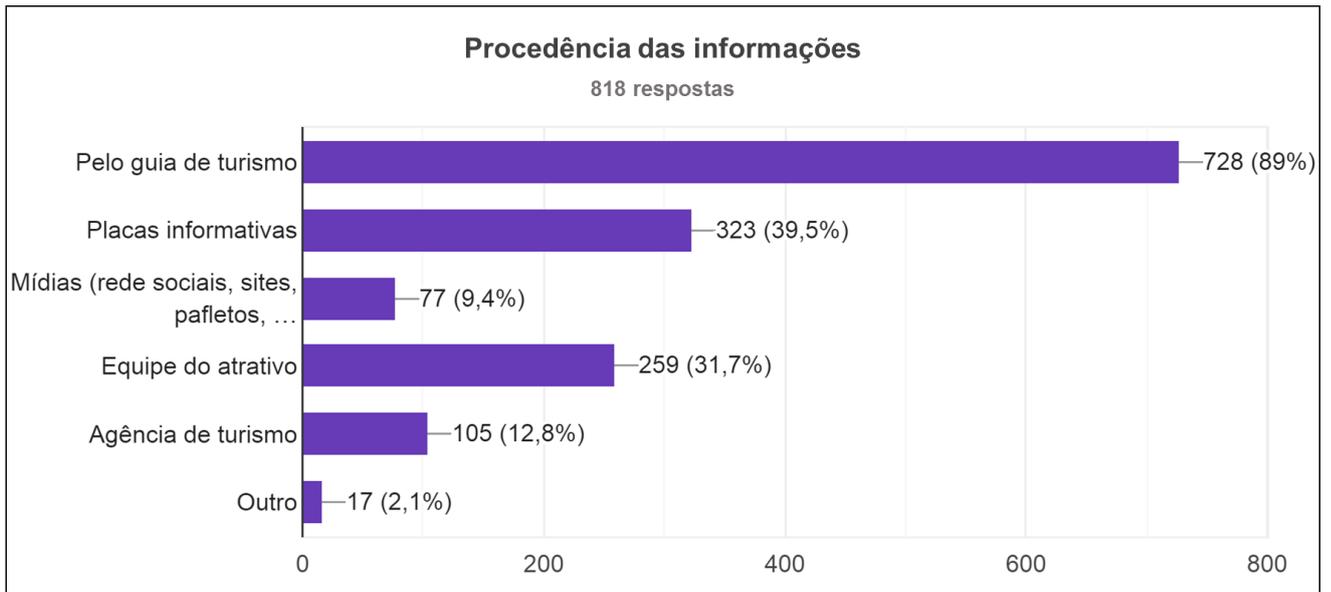
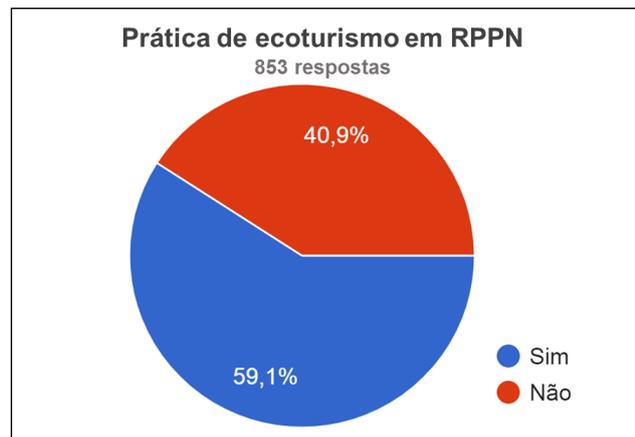


Figura 44. Origem das informações sobre a RPPN Cabeceira do Prata (Jardim, MS)

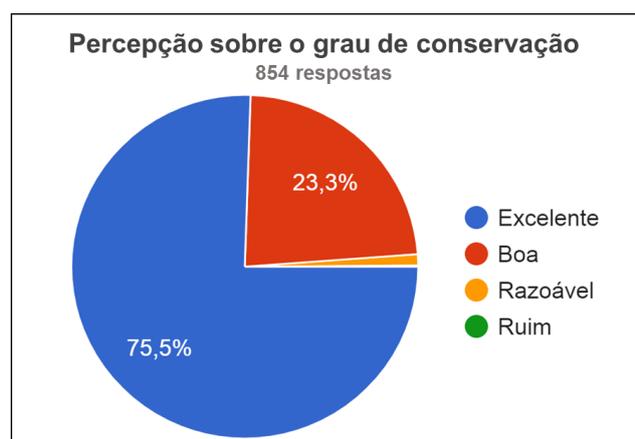
- Porcentagem de visitantes que praticaram ecoturismo dentro de uma RPPN pela primeira vez:

Figura 45. Porcentagem de visitantes que praticaram ecoturismo dentro de uma RPPN pela primeira vez ao visitar a Fazenda Cabeceira do Prata (Jardim, MS)



- Percepção do entrevistado sobre o grau de conservação ambiental sítio turístico:

Figura 46. Avaliação do entrevistado sobre o grau de conservação do sítio turístico da Fazenda Cabeceira do Prata (Jardim, MS)



- Objetivos que se pretendem alcançar com a visita turística na RPPN Cabeceira do Prata, segundo a opinião dos visitantes entrevistados:

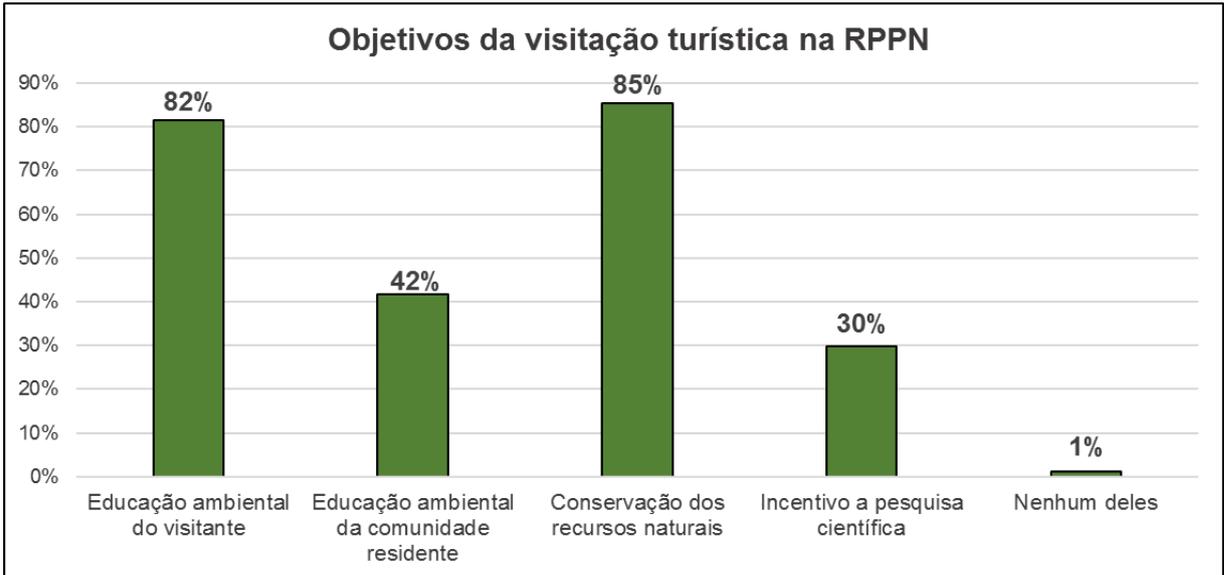
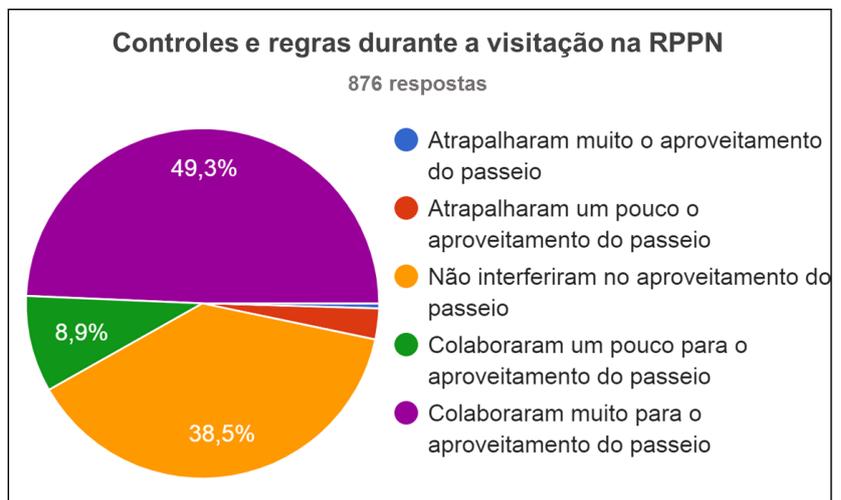


Figura 47. Opinião dos entrevistados sobre os objetivos da visitação turística na RPPN Cabeceira do Prata (Jardim, MS).

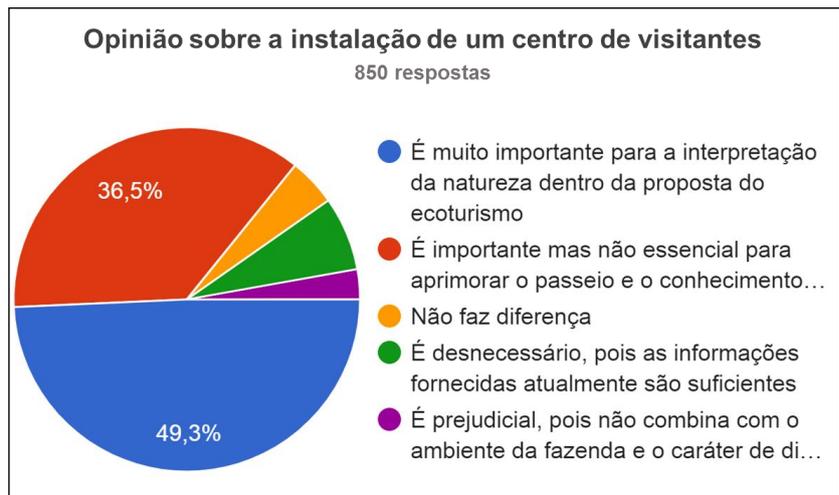
- Sobre os controles e regras adotados pelo atrativo durante a visitação, 49,2% dos entrevistados assinalaram que colaboram em muito para o aproveitamento do passeio, 38,5% disseram que não interferem, 8,9% responderam que colaboram um pouco, 2,9% que atrapalham um pouco, e 0,5% atrapalham em muito no aproveitamento do passeio.

Figura 48. Opinião dos entrevistados sobre a influência dos controles e regras praticados na atividade turística do Recanto Ecológico Rio da Prata (Jardim, MS), no aproveitamento do passeio



- Opinião dos entrevistados sobre a instalação de um centro de visitantes na área da recepção, com recursos multimídia e informações sobre fauna, flora e outros temas ambientais:

Figura 49. Opinião dos entrevistados sobre a instalação de um centro de visitantes na Fazenda Cabeceira do Prata (Jardim, MS).



- Grau de interferência dos procedimentos adotados pela Fazenda Cabeceira do Prata em relação ao equilíbrio entre o aproveitamento do passeio e a conservação ambiental:

Regras consideradas positivas ou que atrapalharam o aproveitamento do passeio na RPPN

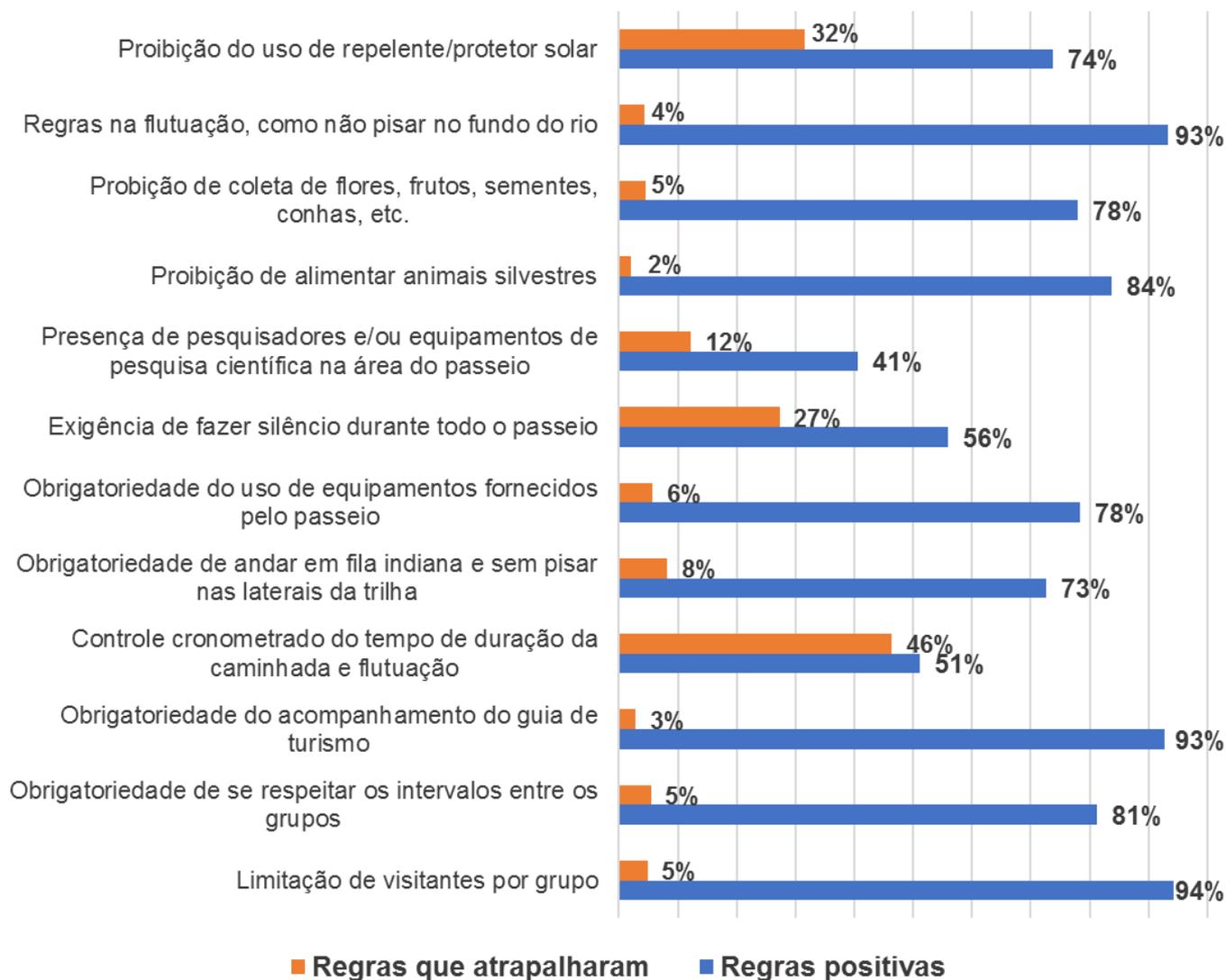


Figura 50. Regras consideradas positivas para o aproveitamento do passeio a conservação do local e regras consideradas que atrapalharam o passeio na RPPN Cabeceira do Prata (Jardim, MS).

5.8.2.2 Discussão

Os resultados indicam que 37% dos visitantes entrevistados receberam previamente informações de que estariam visitando uma RPPN durante o passeio no Recanto Ecológico Rio da Prata. É relevante a informação de que a maior parte dos visitantes entrevistados (69,9%) não foram motivados por esta informação na escolha do passeio. Isto indica a necessidade de se ampliar não somente a

percepção dos visitantes quanto as ações de conservação propostas na criação da RPPN, mas principalmente melhorar a comunicação com as agências de turismo, principais responsáveis pela venda e fornecimento das informações prévias do local, que influenciarão a tomada de decisão do visitante.

Somado a isso, deve ser considerado que 90% dos visitantes entrevistados ficaram mais satisfeitos ao saber que o passeio está situado dentro de um RPPN. Também, 98,8% dos visitantes consideraram que o atrativo turístico possui excelente/boas condições de conservação ambiental, indicando a visita turística como fator de contribuição para educação ambiental dos visitantes e da comunidade, para conservação dos recursos naturais e para o incentivo à pesquisas científicas.

Dos indicadores sobre controles e regras adotados, a obrigatoriedade do acompanhamento do guia de turismo, a limitação de visitantes por grupo e as regras durante a flutuação foram indicados como positivos por mais de 90% dos entrevistados. Este resultado corrobora o papel fundamental do guia de turismo, que transmite informações sobre a RPPN e sua importância para a conservação local, resultando no despertar de uma consciência ambientalista no visitante.

Em contrapartida, os entrevistados relataram que atrapalharam o aproveitamento do passeio procedimentos como controle cronometrado da atividade (46%), proibição do uso de repelente/protetor solar (32%) e exigência de se fazer silêncio durante todo o passeio (27%). Contudo, observa-se que uma minoria considerou que as regras atrapalham, ou seja, demonstrando assim que as regras são muito importantes.

A instalação de um centro de visitantes na área do receptivo com recursos de multimídia e informações sobre fauna, flora e outros temas ambientais foi apontada como importante por 49,3% dos entrevistados para a interpretação da natureza dentro da proposta do ecoturismo. No entanto, para 36,5% dos entrevistados um centro de visitantes é importante, mas não é essencial para aprimorar o passeio e o conhecimento da região.

A aplicação de questionários sobre o tema é uma ferramenta importante para acompanhar a evolução da relação dos visitantes com a RPPN, podendo contribuir para o manejo da área, e permitindo identificar o nível de sensibilização promovido nos visitantes, no sentido de conservar o meio ambiente conciliando a visita

turística dentro de uma unidade de conservação. É recomendado a atualização da pesquisa de percepção dos visitantes dentro do cronograma de revisão do Plano de Manejo.

6 VISITAS TÉCNICAS

A propriedade recebe eventualmente visitas técnicas para conhecer a operação turística associada à conservação ambiental executada na propriedade, sendo tema de discussões sobre sustentabilidade, tais como: alunos de curso Técnico em guia de turismo especializado em atrativos naturais; acadêmicos de Ciências biológicas e Turismo; alunos de escolas públicas e particulares.

7 SISTEMA DE GESTÃO

A administração da RPPN é feita pelos proprietários de forma integrada com a fazenda e a atividade turística. Não tem conselho consultivo, sendo gerida em sistema familiar com apoio de gerência local e pela proprietária e Diretora de Sustentabilidade da fazenda – Luiza Coelho, responsável técnica pela RPPN. A receita vem do turismo, responsável por 85% da renda total da propriedade (sendo os 15% restantes advindos da pecuária).

8 PESSOAL

8.1 QUADRO DE FUNCIONÁRIOS

O quadro geral da Empresa possui 40 funcionários, sendo:

- 24 responsáveis pela operação turística;
- 08 responsáveis pela RPPN, sendo dois biólogos, e os demais com no mínimo segundo grau completo;
- 08 funcionários responsáveis pela pecuária da fazenda.

8.2 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

O empreendimento procura investir constantemente em qualificação profissional, tanto dos próprios funcionários como dos prestadores indiretos de serviços (guias de turismo, condutores de veículos e atendentes das agências de turismo). São promovidos treinamentos visando qualificar estes profissionais, e sempre que possível são deslocados funcionários da fazenda para participarem de cursos de capacitação profissional. Estes treinamentos resultam em melhorias no manejo da RPPN, tanto na questão ambiental como de operação da atividade turística praticada dentro de seus limites.

Com relação ao nível de instrução, para ocupar os cargos de gerência é obrigatória a formação Superior. Para os demais funcionários – tanto no turismo como na pecuária – exige-se no mínimo a conclusão do Ensino Médio. Os proprietários frequentemente participam de cursos, palestras, congressos e reuniões cujo tema seja de interesse do empreendimento e da RPPN e que estejam relacionados ao desenvolvimento sustentável.

O Recanto Ecológico Rio da Prata foi um dos pioneiros na criação palestras de capacitação e reciclagem para os prestadores de serviços diretamente ligados ao setor turístico: guias de turismo, atendentes das agências locais e condutores de veículos. Tais palestras consistem de um treinamento específico, garantindo e padronizando informação de qualidade e segurança para os grupos de visitantes, apresentação do produto turístico de forma adequada e uso correto dos atrativos turísticos da RPPN sem prejudicar seu ambiente natural. No caso específico do guia, este só estará credenciado a trabalhar no sítio turístico se participar deste treinamento e das reciclagens anuais.

8.3 PERCEPÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

8.3.1 Ano de 2006

Janaina Couto Mainchein

Os funcionários da Fazenda Cabeceira do Prata foram entrevistados para identificar qual sua percepção sobre a RPPN e avaliar como está ocorrendo a integração das funções desempenhadas pelos mesmos e a conservação ambiental do local. Doze dos vinte funcionários contratados responderam ao questionário, totalizando 60% de participação (Anexo 9). Os entrevistados não foram identificados, permitindo maior liberdade de respostas por parte dos mesmos.

Os resultados apresentados indicam que a transmissão de informações sobre a finalidade e importância da RPPN Fazenda Cabeceira do Prata aos funcionários ainda é insuficiente, deixando de contribuir no desenvolvimento das funções realizadas pelos mesmos na propriedade. Um trabalho informativo e de esclarecimentos poderia aumentar o interesse e motivação a seguirem os controles e regras estabelecidas para esta UC, proporcionando um maior comprometimento do funcionário na conservação ambiental.

Observa-se que os funcionários consideram ser vantajoso trabalhar em uma fazenda que tem uma unidade de conservação, pois sentem-se mais valorizados perante amigos e colegas das fazendas vizinhas, com melhores condições de trabalho, moradia e salários comparado a empregos anteriores. Ainda que esta situação não resulte diretamente do fato de haver uma RPPN na propriedade, é interessante notar que os entrevistados fizeram esta ligação.

Os resultados indicam também que, para os funcionários, os procedimentos adotados na propriedade pouco atrapalham o desenvolvimento de suas funções, sendo demonstrado indiferença pela maioria. Neste caso cabe reforçar a importância destes procedimentos e também das pesquisas realizadas na RPPN, sendo uma forma de valorizar o funcionário e tê-lo como aliado na conservação ambiental. Em relação à percepção do funcionário sobre o grau de conservação da propriedade, a maioria entende que as condições estão adequadas. Deve-se considerar a possibilidade de colocar ênfase especial na questão da proibição de caça e pesca, visto ser esta uma tradição cultural da região e grande ameaça à biodiversidade,

visto que 42% dos entrevistados não percebem a relação entre esta norma (Lei nº. 9.605/98) e a manutenção dos atrativos naturais de seu local de trabalho. Além disto, 8% dos funcionários dizem que esta proibição atrapalha suas funções, mas não indicam exatamente como.

Para acompanhar a evolução da relação funcionário/RPPN, recomenda-se que questionários com esta temática sejam aplicados periodicamente, pois seus resultados a médio prazo podem ser muito importantes no manejo da área. Este método deve ser acompanhado de capacitação periódica para os funcionários.

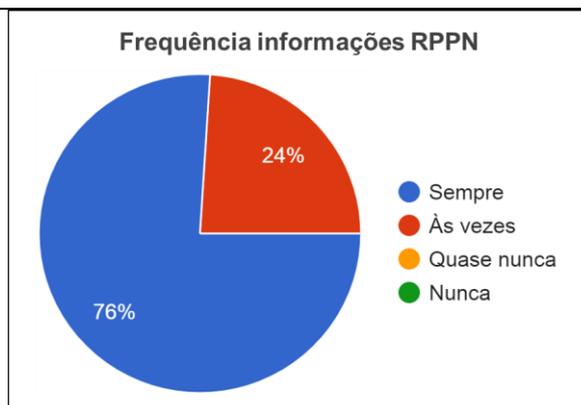
8.3.2 Ano de 2020

Os funcionários da Fazenda Cabeceira do Prata foram entrevistados para identificar qual sua percepção sobre a RPPN e avaliar como está ocorrendo a integração das funções desempenhadas pelos mesmos e a conservação ambiental do local. Vinte e cinco dos 40 funcionários contratados responderam ao questionário, totalizando 62,5% de participação (Anexo 9). Os entrevistados não foram identificados, permitindo maior liberdade de respostas por parte dos mesmos.

8.3.1.1 Resultados

➤ Frequência com que recebem informações sobre a RPPN Cabeceira do Prata:

Figura 51. Frequência de informações recebidas pelos funcionários sobre a RPPN Cabeceira do Prata (Jardim, MS)



- Sobre a finalidade e a importância de uma unidade de conservação: 68% responderam que conhecem e 32% assinalaram que conhecem um pouco. Nenhum dos funcionários marcou a resposta desconhece totalmente.

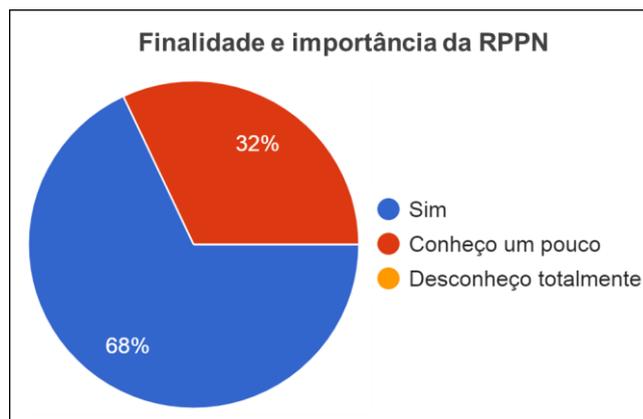


Figura 52. Conhecimento dos funcionários da Fazenda Cabeceira do Prata sobre a finalidade e importância de uma Unidade de Conservação

- Dos 16 entrevistados, 64% assinalaram que os controles e regras adotadas na unidade de conservação colaboram em muito no desempenho de suas funções, 32% não interfere e 4% disseram que colaboram um pouco.



Figura 53. Interferência dos controles e regras adotadas na RPPN Fazenda Cabeceira do Prata no desempenho das funções dos funcionários

- Sobre o que significa trabalhar em uma fazenda que tem uma unidade de conservação, 52% dos funcionários responderam que com o trabalho desenvolvido podem contribuir para a conservação ambiental, 24% assinalaram ter maior prestígio perante amigos/colegas das fazendas vizinhas por trabalhar em uma unidade de conservação, 4% disseram ter melhores condições em comparação com as dos amigos/colegas que não trabalham em uma unidade de conservação e 20% marcaram que recebem melhores condições de trabalho, moradia e salário comparado a empregos anteriores.
- Grau de interferência dos procedimentos adotados pela Fazenda Cabeceira do Prata no cumprimento das funções dos funcionários:

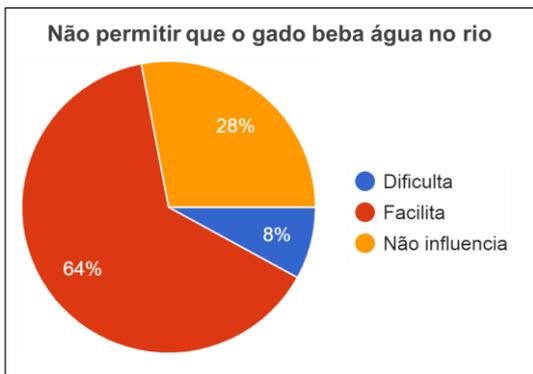


Figura 54. Grau de interferência no trabalho por não se permitir que o gado beba no rio

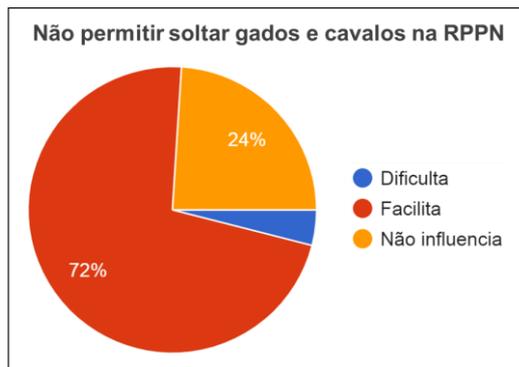


Figura 55. Grau de interferência no trabalho por não permitir soltar gado e cavalos na RPPN

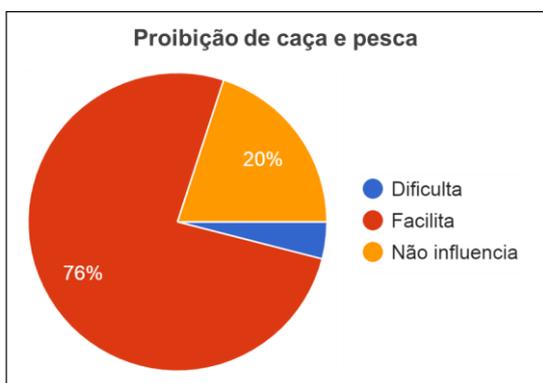


Figura 56. Grau de interferência no trabalho por não permitir caçar e pescar dentro da RPPN

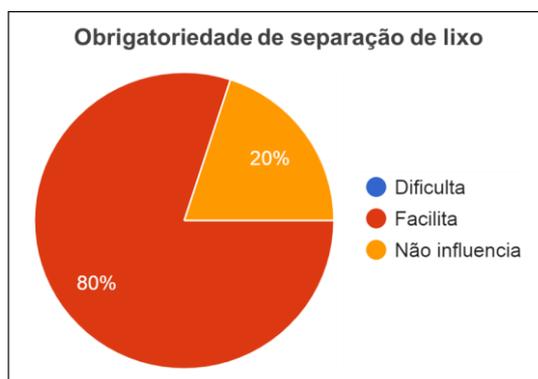


Figura 57. Grau de interferência no trabalho por fazer a separação do lixo

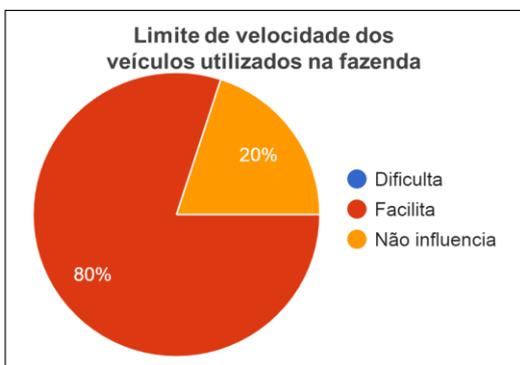


Figura 58. Grau de interferência no trabalho do controle de velocidade dos veículos na fazenda

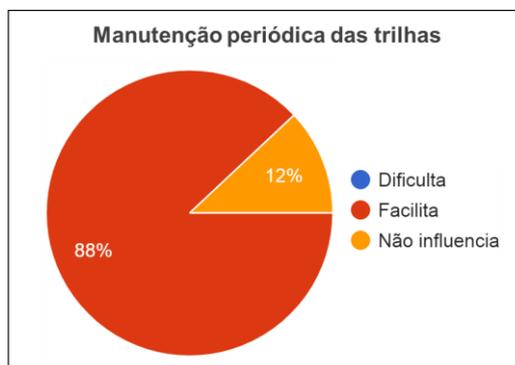


Figura 59. Grau de interferência no trabalho da manutenção periódica das trilhas da RPPN



Figura 60. Grau de interferência no trabalho do controle no número de visitantes dentro da RPPN

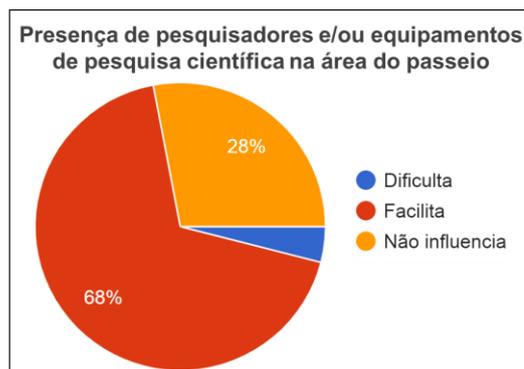


Figura 61. Grau de interferência no trabalho da presença de pesquisadores e/ou equipamentos de pesquisa científica na RPPN e área de visitação

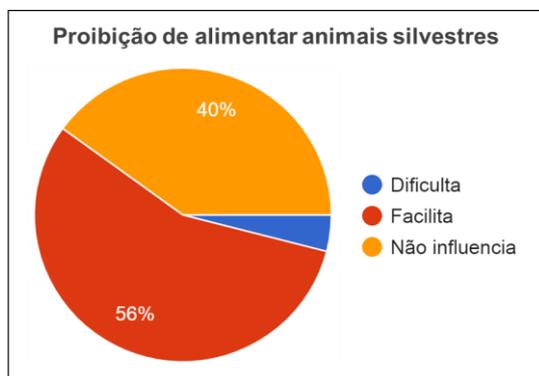


Figura 62. Grau de interferência no trabalho pela proibição de alimentar os animais silvestres dentro da RPPN

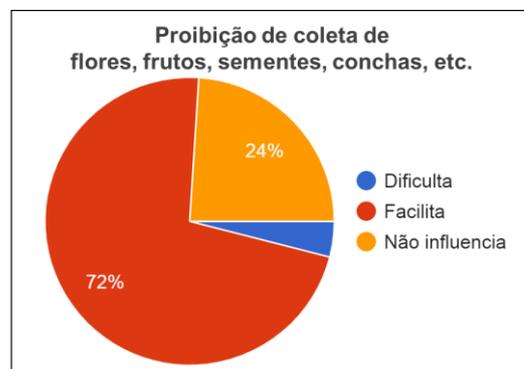


Figura 63. Grau de interferência no trabalho da proibição de coleta de flores, frutos, sementes, conchas e outros itens dentro da RPPN

- A maior parte (96%) dos funcionários afirmou que seu trabalho na propriedade colabora para a conservação ambiental do local, sendo que 4% responderam “não” e nenhum funcionário assinalou a resposta “mais ou menos”.

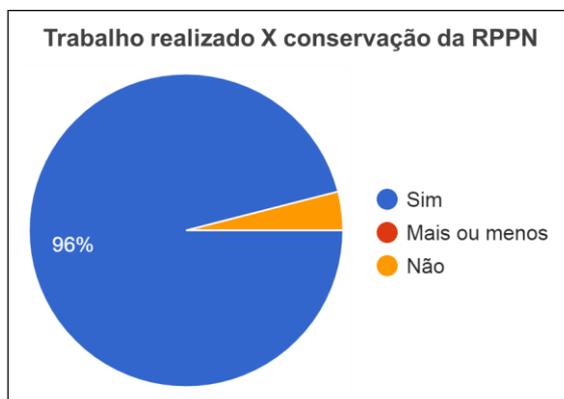
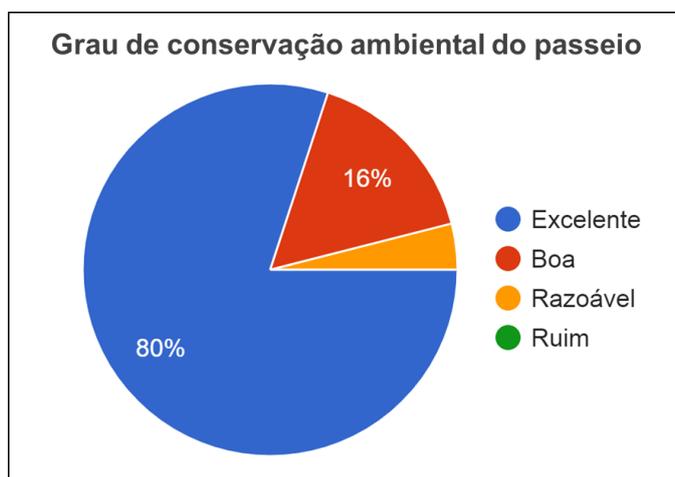


Figura 64. Percepção sobre a colaboração do trabalho que os funcionários realizam na Fazenda Cabeceira do Prata (Jardim, MS) para a conservação ambiental local

Dos que responderam positivamente, foram citados trabalhos relativos a separação de lixo, repasse das informações do ambiente e como se comportar na RPPN, participação nos controles e operação, e manutenção da RPPN e do viveiro de mudas nativas

➤ Percepção sobre o grau de conservação ambiental no Recanto Ecológico Rio da Prata:

Figura 65. Percepção dos funcionários sobre o grau de conservação ambiental da Fazenda Cabeceira do Prata (Jardim, MS)



8.3.1.2 Discussão

Os resultados apresentados indicam que os funcionários da RPPN Fazenda Cabeceira do Prata recebem informações sobre a unidade de conservação com frequência. Dentre os entrevistados, 68% afirmaram conhecerem a finalidade e importância da RPPN, enquanto 32% relataram conhecer um pouco, e nenhum desconhecer totalmente. Dentro dos planejamentos das atividades do Sistema de Gestão de Segurança do atrativo, no mínimo uma vez por ano são esclarecidas questões sobre a finalidade do local, seus usos e restrições, bem como outras questões relativas a sustentabilidade da fazenda.

Observa-se que os funcionários consideraram que o seu trabalho colabora muito com a conservação ambiental, relatando práticas como a separação de resíduos, a transmissão de informações sobre regras adotadas no local, a conscientização ambiental, a manutenção da RPPN e do viveiro de mudas nativas. Além disso, os funcionários relataram que trabalhar em uma fazenda que tem uma unidade de conservação faz com que através do seu trabalho possa contribuir para a conservação ambiental (52%), além de terem maior prestígio perante

amigos/colegas de fazendas vizinhas (24%). Também, para 20% dos entrevistados o significado foi melhores condições de trabalho, salário e moradia do que empregos anterior, ainda que este fato não está diretamente relacionado ao fato de haver uma RPPN, os entrevistados fizeram esta ligação.

Os resultados indicam também que, para a maior parte dos funcionários entrevistados (64%), os procedimentos adotados na propriedade colaboram muito para o desenvolvimento de suas funções, enquanto 32% relataram que os controles e regras não inteterem no seu trabalho. Em relação à percepção do funcionário sobre o grau de conservação da propriedade, 96% entende que as condições estão adequadas.

A aplicação de questionários sobre o tema é uma ferramenta importante para acompanhar a evolução da relação dos funcionários com a RPPN, podendo contribuir para a gestão do local, e permitindo identificar o nível de conscientização ambiental dos colaboradores. Também, é fundamental a manutenção dos treinamentos e cursos de capacitação promovidos pela fazenda sobre as questões ambientais do local e da região, que impactam a conservação da RPPN.

8.4 PERCEPÇÃO DOS GUIAS DE TURISMO

8.4.1 Ano de 2006

Janaina Couto Mainchein

Considerando-se a importância do guia de turismo como responsável pela apresentação do sítio turístico aos visitantes e também sua responsabilidade na boa condução de grupos, considerou-se essencial verificar sua percepção sobre a RPPN da Fazenda Cabeceira do Prata e avaliar como está ocorrendo a integração da visitação turística conduzida pelos mesmos e sua relação com a conservação ambiental do local. Responderam ao questionário 23 dos 55 guias de turismo credenciados no sítio turístico, correspondendo a 42% do total (Anexo 10).

Da mesma forma que para os funcionários da Fazenda Cabeceira do Prata, os guias de turismo que atuam na propriedade também indicaram uma deficiência no fornecimento de informações sobre a RPPN. Foi constada a necessidade de

melhorar esta comunicação entre as partes, propiciando enriquecimento e padronização do diálogo entre guias e visitantes e ainda despertando maior interesse dos mesmos pelos trabalhos de conservação executados na propriedade. Assim, para eliminar esta carência, sugere-se a realização de treinamento, cursos, palestras e publicação de materiais específicos sobre o tema que possam ser disponibilizados tanto para o guia como para o visitante.

No geral foi apontado pela maioria dos guias como positivos os procedimentos adotados pela RPPN Cabeceira do Prata, visando promover um bom equilíbrio entre o aproveitamento do passeio por parte dos visitantes e a conservação ambiental, colaborando no desenvolvimento de suas funções e promovendo a conservação ambiental local. O guia de turismo considera que seu trabalho colabora com a conservação ambiental, devido às informações repassadas aos visitantes sobre a necessidade da adoção de regras e controles para proteção da área. Com isso percebe-se sua consciência da responsabilidade sobre o grupo e o local visitado.

A proposta de instalação de equipamentos e painéis multimídia na áreas de recepção do passeio foi considerada muito relevante, desde que observados cuidados com poluição visual, devendo haver integração com a natureza e harmonia com a estrutura da fazenda.

8.4.2 Ano de 2020

O guia de turismo tem papel fundamental na condução dos grupos de visitantes dentro da RPPN, tendo responsabilidade sobre a segurança dos mesmos e do local, com a interpretação do ambiente e a transmissão do conhecimento. No ano de 2020, a percepção dos guias de turismo sobre a RPPN Cabeceira do Prata foi verificada para avaliar como está ocorrendo a integração entre visitação turística e a conservação ambiental do local. Responderam ao questionário 44 dos 53 guias credenciados no atrativo, correspondendo a 83% do total.

8.4.2.1 Resultados

- Sobre o grau de suficiência de informações sobre a RPPN recebida dos administradores para serem repassadas aos visitantes:

Figura 66. Quantidade de informações recebidas pelos guias de turismo credenciados sobre a RPPN Cabeceira do Prata (Jardim, MS)

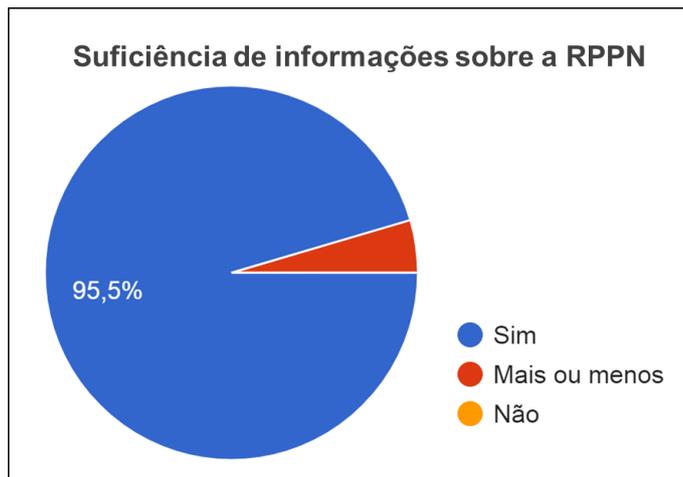


Figura 67. Condições para transmissão de informações sobre a RPPN Fazenda Cabeceira do Prata (Jardim, MS) pelos guias de turismo credenciados

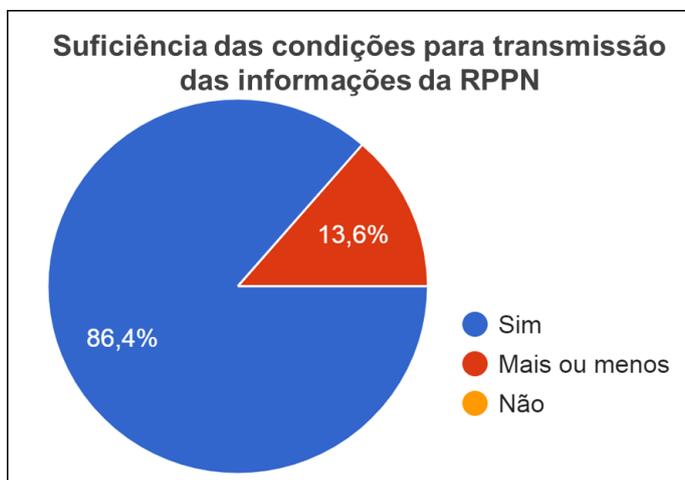
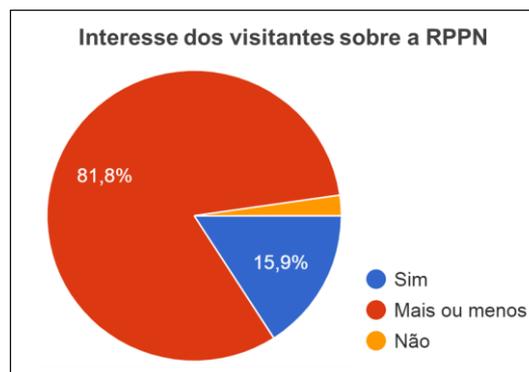


Figura 68. Questionamento sobre a RPPN Fazenda Cabeceira do Prata (Jardim, MS) por parte dos visitantes.



- Classificação dos procedimentos adotados para a atividade turística relacionados à promoção do equilíbrio entre o aproveitamento do passeio por parte dos visitantes e a conservação ambiental, considerando-se as ações positivas (P), negativas (N) ou indiferente (I):



Figura 69. Porcentagem de guias que consideram positivo o uso de cronômetro para controlar o tempo de intervalo entre os grupos durante a visitação na RPPN Fazenda Cabeceira do Prata (Jardim, MS)



Figura 70. Porcentagem de guias que consideram positiva a obrigatoriedade do uso dos equipamentos fornecidos para o visitante durante a atividade turística na RPPN Fazenda Cabeceira do Prata (Jardim, MS)



Figura 71. Porcentagem de guias que consideram positiva a exigência de se manter silêncio durante a visita o na RPPN Fazenda Cabeceira do Prata (Jardim, MS).

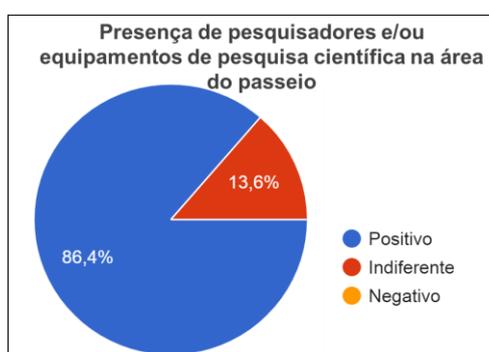


Figura 72. Porcentagem de guias que consideram positiva a presença de pesquisadores ou equipamentos de pesquisa na área de visita o turística da RPPN Cabeceira do Prata (Jardim, MS).

➤ Grau de interferência dos controles e regras adotadas para a visita o turística da RPPN na atividade do guia de turismo:

Figura 73. Grau de interferência dos controles e regras adotadas para a visita o turística da RPPN Fazenda Cabeceira do Prata (Jardim, MS) na atividade do guia de turismo.



- Quando questionados se o trabalho que realizam como guias de turismo no sítio turístico colabora com a conservação ambiental do local, 97,7%. As respostas dos guias de turismos estão relatadas abaixo:

“Os clientes sente mais seguro..e o trabalho do guia faz com o que cliente entenda como é necessário a conservação do qual ele esta visitando. Só aumenta o cuidado do cliente em saber que ele esta visitando um ambiente preservado. E que é necessário mante-lo.”

“Faz com que os visitantes se comportem de maneira sustentável, sem agredir de forma alguma o ambiente por onde passamos.”

“Além de explicar e esclarecer detalhes e curiosidades aos turistas, com nossa presença eles seguem as regras.”

“Faz totalmente a diferença já que posso explanar sobre a necessidade da preservação dos recursos hídricos em nossa região e sobre as belezas cênicas da fazenda.”

“Para se ter uma conservação ambiental viável e pesquisas científica sustentável a atividade de ecoturismo e imprescindível tendo o guia de turismo o profissional ideal para levar essas informações aos profissionais e visitantes dentro da RPPN, além de outras habilidades importantes para essa condição de ambiente.”

“Sem o guia além do turista coletar pedras, conchas, alimentar animais e peixes, também não teriam condições de fazer um passeio desse tamanho sozinhos. Sem falar na segurança. Sem o guia isso seria um problema muito grande para o atrativo. Tem que ter um profissional abilitado para conduzir o grupo sempre.”

“Sou um porta voz da preservação do meio ambiente, através de minhas explicações, o visitante é orientado e concientizado.”

“O guia de turismo é a referência ao longo d toda a atividade, por estar guiando, orientando, informando, proporcionando segurança, estabelecendo uma relação de confiabilidade e estreitando esse caminho, mas sobretudo por estar mais tempo com o visitante ao longo do dia... (Guia itinerante principalmente, pois está em contato com o cliente desde o hotel).”

“A "nossa natureza" é extremamente frágil e delicada, e linda... portanto toda essa logística é fundamental para a conservação da mesma. Há uma necessidade de guias treinados, preparados e qualificados para fazerem a diferença, em um bom atendimento e auxiliar com a conservação da natureza.”

“Cuidando do meio eu estou protegendo o meu local de trabalho e também os visitantes.”

“Bom, o Guia de Turismo por ser um profissional treinado com informações e procedimentos deixa a atividade mais interessante e segura em todos os sentidos, mas tem que ser um profissional atualizado e comprometido sempre com os procedimentos...”

“O guia é uma das engrenagens fundamentais para manter e fazer cumprir as normas ambientais e de segurança na utilização desse ecossistema.”

“O guia é uma ferramenta essencial na conservação ambiental.”

“Transmite aos turistas informações importantes sobre conservação que não estariam facilmente disponíveis se não houvesse um guia como interlocutor.”

“O guia e um otimo instrumento para informação sobre atrativos naturais, com a realização de atividades em contato com a natureza, orientando e sensibilizando os turistas para a importância da conservação do meio ambiente.”

“Faz a diferença através das informações e instruções que são passadas aos visitantes como eles devem proceder para fazer o passeio em sua totalidade; caminhada e flutuação.”

“Porquê envolve educação ambiental e conscientização a preservação da natureza.”

“Posso transmitir o conhecimento adquirido durante anos de contato com o atrativo, mostrando como é nossa região e as particularidades que fazem do passeio um diferencial na região e no mundo. Além disso considero a atividade não só como ganho de capital mas de troca de valores e informação com todo tipo de pessoa e de vários lugares do mundo, assim meu trabalho se torna prazeroso e divertido. A pessoa sai da atividade tendo um verdadeiro conceito de preservação e conservação ambiental da região se tornando um verdadeiro exemplo a ser seguido.”

“O meu trabalho como guia de turismo é fundamentado na educação ambiental e legislação de segurança, envolvendo o visitante e o ambiente num contexto onde ambos dependem um do outro, tanto para o passeio existir e continuar oferecendo a experiência, quanto para o aproveitamento no momento da própria experiência pelo visitante.”

“Buscamos conscientizar os visitantes o quanto é importante preservar o meio ambiente, e também podemos dizer que monitoramos o visitante para que o mesmo siga as regras.”

“No auxílio no modo geral aos visitantes como por exemplo as informações aos visitantes .”

“Conscientização, através do conhecimento”.

“Sim, pois o guia de turismo norteia toda a atividade com base na conservação ambiental local. O mesmo também discorre informações precisas sobre a natureza local visando a educação ambiental e conseqüentemente, sensibilização ambiental aos turistas, tanto para o local quanto para ações ligadas à natureza no dia a dia.”

“Somos parte essencial para conscientização dos visitantes na conservação do meio ambiente”

“Um dos conceitos do ecoturismo é criar uma consciência ambientalista, penso que nós os guias de turismo temos esta função.”

“A presença do guia é importante porque: orienta, mostra a importância de se ter um tipo de comportamento que muitas pessoas desconhecem e também dá segurança pro visitante.”

“O ecoturismo é o conceito turismo adotado por Bonito desde o início das atividades na década de 90, e é o que difere e valoriza a economia comparando com o setor no restante do país, portanto a criação da modalidade de unidade de conservação RPPN, veio de encontro com o conceito gerando resultado importantíssimo para a a sociedade .”

“Regras existem para ser cumpridas. Preservar a Natureza é a evolução cultural de um Povo Unido .”

“É a oportunidade do cliente ter um novo olhar, no que diz respeito, a conservação ambiental e a sustentabilidade sustentável gerada pelo ecoturismo.”

“Contribui: 1. Manter a ordem, manter as regras (as quais são fundamentais) 1.1 conscientização 2. Acolher o visitante (empatia) 2.1 proporcionar segurança ao visitante 2.2 proporcionar informações, curiosidades e a realização do sonho do visitante. 2.3 gerar o desejo do mesmo voltar ou indicar a outros.”

“Primeiro, porque este passeio é um dos únicos que estão dentro das regras exigidas pelos órgãos responsáveis pela preservação, conservação, qualidade e segurança dos visitantes! Sendo assim, todas informações passadas pelo guia de forma correta e detalhadas, os visitantes entendem melhor, saindo um pouco dos termos técnicos e usando a psicologia para que todos de formas diferentes absorvam as mesmas informações!”

“Faz muita diferença, um guia que tenha um ótimo controle de grupo, consegue manter.”

“Nós somos os responsáveis por todos os visitantes no local, apresentamos, educamos e cuidamos do ambiente. Diante disso somos nós que expomos as regras e os cuidados que devemos ter para que a atividade não impacte no ambiente.”

“O guia trabalha com sonhos e um desses é o visitantes estarem nesse local. Sempre friso que o visitante respeitem as normas da RPPN e com o meu conhecimento complemento as informações de conservação e segurança ao visitar esse ambiente Natural e se o grupo for interessado eles as vezes perguntam se sou biólogo. Acredito que divulgar no grupo dos guias informações de estudos na RPPN e dados que venham a complementar o nosso trabalho e também atualização de informação da área e desenvolvimento rural da fazenda.”

“Durante o guiamento procuro seguir as regras ambientais do local, bem como explicando-o e fiscalizando-o. Também ocorre a oportunidade de realizar uma "Educação Ambiental", para que os turistas possam enxergar o meio ambiente de uma outra ótica, evidenciando o local, mas que também possa levar consigo uma aprendizagem.”

“R: o trabalho como guia de turismo faz toda diferença, porque além de conduzir o grupo entre os passeios, o guia acaba passando confirmações importantes sobre a biodiversidade presente em nossa região fazendo com que o visitante tenha uma grande noção da importância da conservação ambiental em ambientes naturais.”

“Eu acredito que um trabalho de turismo bem feito seguindo regras ambientais e o guia passando todas as informações de segurança e de conscientização seja muito importante, porque é através da experiência, da vivência que nos seres humanos poderemos entender todo o funcionamento e a importância de se preservar um ambiente.”

“Por sermos quem esta a frente dos grupos, por passarmos informações sobre o local, ambiente, trabalho que é feito desde o começo da atividade, conservação, importância da conservação, conscientização etc.”

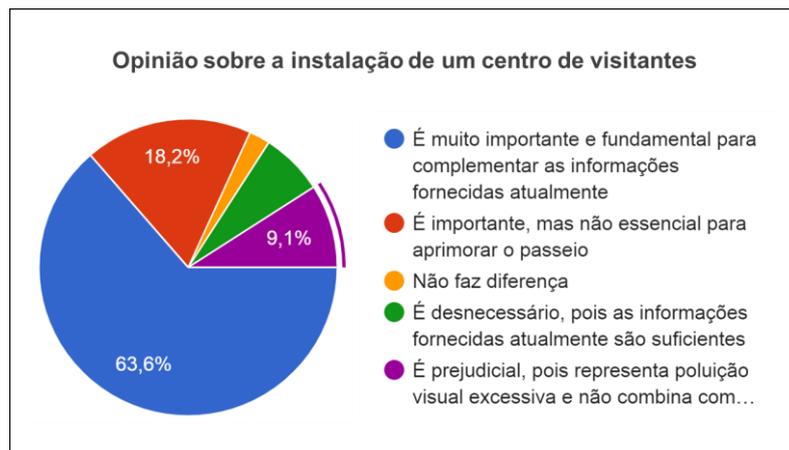
“Acho que não só no Recanto Ecológico Rio da Prata, como em todo os outros passeio da Região da Serra da Bodoquena o guia é fundamental para a conservação, já que fazemos o elo de ligação entre a teoria e a prática das regras ambientais e o aproveitamento dos passeios. Tendo a técnica adquirida ao longo dos anos para a melhor forma de fazer com que o visitante interaja com a natureza sem trazer nenhum dano a mesma de acordo com o perfil de cada visitante.”

“Porque dentro do ambiente que temos no trabalho, existem várias opções de mostrar ao visitante, passando as informações de uma forma simples, sem ser cansativo, pois atendemos pessoas com e sem interesse, e busco pelo menos fazer a minha parte e tentar sensibilizar o visitante e mostrar a importância do trabalho que vem sendo realizado há anos.”

“Colabora pois, se fosse um passeio sem o trabalho do guia, o local estaria a merce de pessoas que não colaboram com a limpeza, os cuidados vom o meio, o respeito quanto aos animais e o silencio... Tudo isso o guia orienta para que não tenha esse problema.”

- Opinião sobre a instalação de equipamentos e painéis multimídia na área da recepção, contendo informações sobre a fauna, flora e outros temas ambientais:

Figura 74. Opinião sobre a instalação de equipamentos e painéis multimídia com informações ambientais no Recanto Ecológico Rio da Prata (Jardim, MS), segundo os guias de turismo.



8.4.2.2 Discussão

No geral, os guias de turismo consideram que os gestores da RPPN Faz. Cabeceira do Prata fornecem as informações necessárias sobre o local para serem repassadas aos visitantes, bem como as condições para que essa comunicação ocorra durante a atividade.

A maioria dos guias considera como positivos os procedimentos adotados para atendimentos de grupos de visitantes na RPPN, e que eles colaboram significativamente para o seu trabalho como guia.

O guia de turismo considera que seu trabalho é fundamental para a segurança, e principalmente que as informações repassadas por eles são essenciais no processo de educação ambiental e conscientização do visitante, o que garante o cumprimento dos procedimentos que visam a proteção do local. Assim sendo, percebe-se a consciência e responsabilidade dos guias de turismo do atrativo sobre os grupos de visitantes atendidos e sobre o local visitado.

A proposta de instalação de equipamentos e painéis multimídia nas áreas de recepção do passeio com informações sobre fauna, flora, sustentabilidade e outros temas ambientais foi considerada importante pelos guias para complementar as informações fornecidas atualmente.

9 INFRA-ESTRUTURA

Os principais equipamentos utilizados no circuito turístico da propriedade localizam-se na Sede da Fazenda. Na RPPN estão localizadas apenas estruturas de apoio e segurança como vestiários, plataformas, passarelas, deques, corrimãos, escadas, equipamentos de primeiros socorros e rádio-comunicação.

9.1 TRILHAS

Na RPPN Faz. Cabeceira do Prata existem trilhas de caminhada para visitação que somam aproximadamente **6.050 metros** de extensão total, assim divididas:

- **1.738 metros** – Trilhas de serviço, utilizadas atualmente somente em casos de emergências, serviços internos de manutenção, pesquisadores e grupos de observadores de pássaros esporádicos;
- **936 metros** – Trecho da trilha original que continua sendo utilizado na operação normal;
- **1.271 metros** – novo trecho, implantado em maio de 2003;
- **211 metros** – Trechos implantados em 2020, visando melhorar a acessibilidade do passeio;
- **350 metros** – desvio da corredeira, utilizado na operação normal;
- **1.538 metros** – Trilha do Funil e Trilha do Jabuti, que conduzem ao extremo da RPPN pela mata ciliar do rio da Prata, utilizada atualmente apenas para inspeção, pesquisadores e grupos de observadores de pássaros esporádicos.
- **Trilha para Passeio a cavalo** - o roteiro completo inicia-se na sede da Fazenda e atravessa campos de pastagem e trechos de Savana Florestada e Arborizada inseridos na RPPN. O percurso total da Passeio a cavalo tem cerca de 6.300 metros, sendo 700 metros dentro da UC.

OBS: Todas as trilhas da RPPN são mantidas com medidas de mínimo impacto, sem supressão de árvores. São trilhas sinuosas, com cascalhamento e lombadas de direcionamento de água para evitar processos erosivos.

9.2 INFRA-ESTRUTURA DENTRO DA RPPN

VESTIÁRIOS

O antigo vestiário está localizado ao lado do Deque de Pedras, sendo utilizado atualmente para guardar equipamentos para o barco de apoio e também de primeiros socorros. Em março de 2003 foram construídos vestiários rústicos de madeira na área do deque de Pedras, em substituição ao anterior.

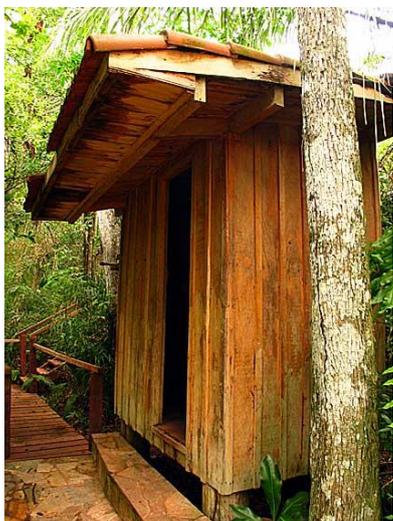


Figura 75. Vestiário antigo, usado para guardar equipamentos de apoio e manutenção. Foto: Daniel De Granville



Figura 76. Vestiário novo (foto 2020).
Foto: Daniel De Granville

DEQUE DE PEDRAS

Situado na margem direita do Rio da Prata, este local era originalmente um bebedouro para o gado da antiga fazenda. Foi construído em 1988, com área aproximada de 50 m². Atualmente é utilizado na operação turística, sendo o ponto final da atividade de flutuação e também desembarque dos visitantes que optaram por fazer o trecho final do rio da Prata no barco. Para evitar danos às rochas locais e facilitar o desembarque, foi instalado um deque de madeira neste ponto.



a.

b.

Figura 77. Deque de Pedras. Fotos: Daniel De Granville

Deques na beira do rio

Os deques foram feitos para facilitar o acesso e saída da água, restringir os pontos de entrada e saída do rio e eliminar a possibilidade de desmoronamento do barranco por pisoteio. Assim, considera-se que são estruturas que auxiliam na conservação ambiental. Os deques estão localizados nos seguintes pontos: Nascente, Saída de emergência, Vulcão, Barra, Poção e Deque de Pedras.



Figura 78. Deque do Vulcão, no rio Olho d'Água. Foto: Daniel De Granville



Figuras 79 e 80. Deque do Lado Fluvial da nascente, no rio Olho d'Água. Foto: Daniel De Granville

Mirante

Situado no ponto de encontro do rio Olho d'Água com o rio da Prata, fornece visão panorâmica dos arredores e possibilidade de compreensão da geografia local, cumprindo assim um papel educativo. Existe apenas uma estrutura deste tipo na propriedade, situada na trilha antiga.



Figura 81. Mirante da Barra no rio Olho d'Água. Foto: Daniel De Granville

Pontes Passarelas, Escadas e Plataformas

Foram instaladas apenas duas pontes sobre cursos d'Água, sendo uma com 4 metros e outra com 9 metros. O objetivo foi evitar o pisoteio por parte dos visitantes diretamente sobre o leito do rio.

Instaladas visando minimizar o impacto sobre pontos mais frágeis ou sujeitos a alagamento, ou dar acesso ao curso d'água, totalizam oito estruturas na área de passeio. As passarelas e plataformas de madeira foram instaladas apenas em locais com tendência à erosão e passagens sobre curso d'água.



Figura 82. Espaço deixado para crescimento das árvores.

Foto: Daniel De Granville

A madeira que foi utilizada nas construções é a itaúba, de origem controlada (fiscalizada e com notas carimbadas pelo IBAMA) ou proveniente de reaproveitamento (principalmente postes de cercas antigas). As pranchas possuem largura média de 15 cm, sendo o espaçamento médio entre elas entre 2 a 3 cm. É importante destacar que nenhuma árvore foi retirada quando da instalação das trilhas e demais estruturas. Quando o local escolhido tinha alguma árvore, ainda assim esta foi preservada. O crescimento destas é acompanhado, evitando que o aumento de seu diâmetro durante o crescimento acabe por estrangular a árvore.

Além destas estruturas, a trilha conta com diversas placas de madeira entalhadas e placas de PVC com suporte de ferro, com informações sobre fauna e flora local. Seu objetivo é facilitar o trabalho do guia na interpretação ambiental. Estão distribuídas ao longo da trilha, de maneira a não causar poluição visual e harmonizando com o ambiente. A entrada da RPPN é sinalizada com uma placa específica.



Figura 83. Modelo de placa informativa presente nas trilhas. Foto: Daniel De Granville



Figura 84. Placa oficial na entrada da RPPN. Foto: Daniel De Granville



Figura 85. Nova Placa oficial na entrada da RPPN instalada a partir de 2019.

9.3 EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

A atividade turística desenvolvida na propriedade conta com diversos equipamentos, sendo que parte deles é utilizada para manutenção, fiscalização ou apoio ao visitante dentro da RPPN, como radiocomunicação, equipamento de mergulho e flutuação, caiaques e barco com abastecimento por placa solar e motor elétrico e material de primeiros socorros.

9.3.1 Comunicação

A infra-estrutura de comunicações está instalada na Sede da propriedade. É constituída por quatro linhas telefônicas (dois telefones monocanal e dois celulares rurais), Internet com acesso via satélite e sistema interno de radiocomunicação. Este sistema foi implantado em outubro de 2001 e operação está sujeita a um protocolo detalhado que é de conhecimento de todos os usuários.

9.3.2 Barco no Rio da Prata

Em junho de 2002 foi implantado um sistema de transporte em barco de alumínio movido a motor elétrico no trecho final da trilha aquática, quando o grupo deixa o rio Olho d'Água e entra no rio da Prata, podendo optar entre seguir flutuando ou ir de barco até o Deque de Pedras. O traslado de barco no Rio da Prata é utilizado como apoio para os visitantes que não conseguem fazer a flutuação no trecho do Rio da Prata, e também para o roteiro de terceira idade.

Em 2019, o barco foi substituído por um novo barco da Levefort, modelo Safari 7.0 metros, com capacidade para 15 pessoas. O barco é movido a motor elétrico com placas de energia solar (foto abaixo).



Figura 87. Barco Chalana do Prata II no Deque de Pedras do Rio da Prata – Foto: 26/02/2020.

9.3.3 Caminhões para transporte de visitantes

A partir de julho de 2003 foram introduzidas duas camionetes Ford F-350 movidas a Diesel, com carroceria adaptada para conduzir até 10 pessoas (Figura 88), com o objetivo de transportar os visitantes nos trajetos receptivo/RPPN.



Figura 88. Veículo de apoio

9.3.4 Equipamentos para flutuação e mergulho

Os equipamentos fornecidos individualmente aos visitantes para a atividade de flutuação são: roupa e bota de neoprene, máscara, snorkel, colete salva-vidas e uma sacola de lona para o guia acompanhante poder acomodar os pertences dos visitantes e posteriormente o equipamento utilizado.



Figura 89. Sala de equipamentos.

Foto: Daniel De Granville

9.3.5 Equipamentos para cavalgada

A cavalgada conta com jogos completos de equipamento (selas tipo australiana, arreio, estribo, rédeas), além dos cavalos e equipamento individual para o monitor acompanhante.

9.3.6 Equipamentos de segurança e primeiros socorros

Existem seis kits para primeiros socorros e resgate na propriedade, sendo um na casa-sede e cinco na RPPN, distribuídos da seguinte forma:

- 01 no Deque de Pedras do rio da Prata;
- 01 no Deque da Barra do rio da Prata;
- 01 na passarela que conduz ao Deque do Vulcão;
- 01 na passarela do trecho da trilha conhecido como Desvio da Corredeira;
- 01 no Deque da Nascente.



Figura 90. Equipamento de resgate e primeiros socorros disponível na trilha.

Foto: Daniel De Granville

Os kits são compostos pelos seguintes itens:

- Pranchas rígidas para transporte de acidentados, com cintas de fixação;
- Colares cervicais para emergências, de diversos tamanhos;
- Cobertores térmicos aluminizados;
- Aparelho manual respirador para auxílio em manobras de RCP (reanimação cardio-pulmonar);
- Materiais básicos para socorro a ferimentos e fraturas (ataduras de crepe com diversos tamanhos, talas rígidas para imobilização, esparadrapos, compressas de gaze, anti-sépticos para assepsia, luvas e máscaras cirúrgicas, pinças e agulhas para remoção de espinhos, toalhas absorventes, tesouras);
- Rádio portátil tipo HT, protegidos dentro de uma caixa plástica.

9.3.7 Equipamentos de manutenção e apoio à pesquisa

Os seguintes equipamentos fazem parte da manutenção da trilha e apoio aos pesquisadores quando em atividades na RPPN (até março de 2020): facões, podões, alicates de poda, peneiras, balanças do tipo pesola, câmeras traps (armadilha fotográficas); câmeras GoPro, GPS; termômetro; disco de Secchi; turbidímetro portátil

9.3.8 Equipamentos de combate a incêndios

Os seguintes equipamentos fazem parte dos itens para combate a incêndios florestais: carro-pipa, moto-bomba, abafadores, sopradores, mochilas costais, pinga-fongo e equipamentos de proteção individual.

9.4 INFRA-ESTRUTURA GERAL, FORA DA RPPN

Para a implantação da atividade turística foram utilizadas estruturas pré-existentes na Fazenda Cabeceira do Prata e a instalação das melhorias descritas a seguir. A escolha deste local para a recepção turística também levou em conta a

distância da RPPN e dos rios (aproximadamente 2.500 metros em linha reta), minimizando os impactos ambientais.

CASA-SEDE

Atualmente a área da casa-sede conta com cozinha, almoxarifado, refeitório e sanitário para funcionários, enfermaria, loja, bar, sanitários e área de almoço para os visitantes. Atrás da casa localiza-se o “redário”, local destinado ao descanso dos visitantes.

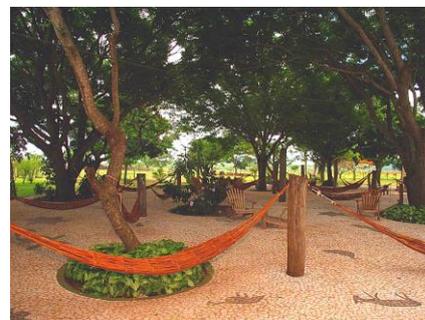


Figura 91. Redário



a. Recepção



b. Cozinha



c. Banheiros

Figura 92. Casa-sede da Fazenda Cabeceira do Prata. Fotos: Daniel De Granville

ESCRITÓRIO e REFEITÓRIO

O escritório foi construído próximo à casa sede, concentrando a administração da fazenda e a organização da operação turística. O refeitório encontra-se próximo ao escritório, e foi inaugurado em 2017.



Figura 93. Escritório. Foto: Daniel De Granville



Figura 94. Refeitório, inaugurado em 2017.

SALA DE EQUIPAMENTOS

Localizada ao lado da casa-sede, abriga os equipamentos de apoio utilizado na atividade de flutuação, vestiários masculino e feminino, galpão para lavagem e higienização do material e duchas para os visitantes.

Após sua utilização na atividade, o equipamento é recolhido e higienizado: as máscaras e snorkels são deixados por 5 horas em solução de Glutanord 28-Dias (glutaraldeído 2%, germicida de uso hospitalar e odontológico); botas de neoprene são lavados com água e sabão líquido, coletes salva-vidas e roupas de neoprene são lavadas com jato de água.



Figura 95. Sala de equipamentos.

Foto: Daniel De Granville



Figura 96. Lavagem dos equipamentos.

Foto: Daniel De Granville

ALOJAMENTO PARA FUNCIONÁRIOS E PESQUISADORES

São no total seis prédios adaptados para alojar funcionários fixos e estagiários. Duas das construções estão nas proximidades do galpão e as outras quatro ficam a aproximadamente 350 metros da casa-sede (Figura 97). O

alojamento 2 possui um quarto para uso de pesquisadores. Um novo alojamento está sendo construído para os funcionários da fazenda.



a. alojamento 1, 2 e 3



b. Alojamento 4



c. Alojamento 5.



d. Alojamento 5. Destinado aos funcionários da fazenda

Figura 97. Alojamentos. Fazenda Cabeceira do Prata, Jardim, MS. Foto: Daniel De Granville





Figura 98. Duas Vistas da Casa do proprietário, na região da sede.

HORTA, GALINHEIRO, CHIQUEIRO e MINHOCÁRIO

São destinados ao consumo interno da fazenda, sendo também abertos para visitação turística quando há interesse dos visitantes.



Figura 99. Horta. Foto: Daniel De Granville



Figura 100. Galinheiro. Foto: Daniel De Granville



Figura 101. Chiqueiro. Foto: Daniel De Granville



Figura 102. Minhocário. Foto: Daniel De Granville

MANGUEIRO E CURRAL DE OVINOS

São construções nos moldes tradicionais para a operação da fazenda. Estão em área afastada da casa-sede, mas também podem ser visitados pelos turistas, devido ao seu apelo à cultura regional.



Figura 103. Mangueiro. Foto: Daniel De Granville



Figura 104. Curral. Foto: Daniel De Granville

VIVEIRO DE MUDAS

Localizado nas proximidades do redário, o viveiro produz mudas de árvores nativas para plantio dentro da RPPN e reflorestamento em diversas áreas da fazenda e de outras propriedades na região, através de doações.



Figura 105. Viveiro de mudas – detalhe.



Figura 106. Viveiro de mudas – vista geral.

ESTRADAS INTERNAS E ESTACIONAMENTO

Existem aproximadamente 14 quilômetros de estradas internas não pavimentadas dentro da Fazenda, servindo para manejo da área e circulação dos veículos utilizados na operação turística. Aproximam-se dos cursos d'água apenas nos pontos de apoio ao visitante dentro da RPPN, ou seja, nos arredores do Deque de Pedras e no lago da Nascente. Nestes locais foram feitas intervenções (lombadas, desvios de água e curvas de nível) de forma a evitar o carreamento de sedimentos para os cursos d'água, e até o momento não foram observados problemas de drenagem causados por estas estradas.

Atualmente existe apenas um estacionamento em uso na Fazenda, localizado em frente à casa-sede, onde os veículos dos visitantes param obrigatoriamente (Figura 107). Para circulação na Fazenda, utiliza-se apenas veículos da propriedade. O antigo estacionamento próximo ao Deque de Pedras é utilizado apenas para apoio das operações internas da propriedade.



Figura 107. Estacionamento.

Foto: Daniel De Granville

CAPTAÇÃO DE ÁGUA

Existem dois poços tubulares para captação de água para a fazenda, localizados próximo à divisa Oeste, sendo utilizada para fornecimento para a toda a estrutura operacional (turismo e moradias de funcionários) e agropecuária. A captação é feita através de bombeamento. Ambos os poços estão regularizados no IMASUL e possuem outorga para uso da água. A água fica armazenada em uma caixa com capacidade para 40.000 litros (Figura 108).



Figura 108. Caixa d'água.

Foto: Daniel De Granville

DESTINAÇÃO DE LIXO E EFLUENTES

A preocupação com a destinação de lixo existe desde o início da atividade turística, quando já se iniciou a separação dos itens recicláveis. A destinação de efluentes líquidos é feita em fossas sépticas, biodigestores e sumidouros, de acordo com a Licença de Operação Turística da propriedade.

Destinação do Lixo



Figura 109. Separação de lixo na casa-sede.

Foto: Daniel De Granville

Nas áreas de uso turístico ao redor da Casa-sede, os latões de lixo são divididos em 3 categorias, identificadas em suas tampas: plásticos, metal e demais rejeitos (Figura 109). Separação semelhante também é feita nas áreas de serviço (cozinha, escritórios e outras áreas de trabalho).

O lixo sanitário é disposto em cestos localizados nos banheiros, havendo avisos para que não se jogue nada nos vasos sanitários. Todo este rejeito é coletado e separado diariamente na propriedade pelos funcionários, e após esta triagem tem os seguintes destinos:

METAIS, PLÁSTICOS E PAPELÃO → são levados ao município de Jardim pela camionete da fazenda, onde são vendidos para reciclagem. O lucro obtido com esta venda reverte para uma caixinha dos funcionários, que decidem em comum acordo como utilizá-la.

LIXO ORGÂNICO → este material é levado para o minhocário que vai produzir um composto utilizado como adubo na horta, e também pode ser aproveitado como alimento para os suínos criados na propriedade.

LIXO SANITÁRIO → papel higiênico e guardanapos são misturados com esterco de gado e transformados em composto para adubagem do pomar e áreas de gramado após um ano de descanso.

REJEITOS → pilhas, embalagens de medicamentos e de combustível são separados e levados para destino específico em Jardim. Absorventes femininos, fraldas, e outros produtos não recicláveis são separados e levados para o aterro controlado do município de Jardim.

Efluentes Líquidos (esgoto)

O sistema de esgotamento sanitário é feito por meio de biodigestores, fossas sépticas com sumidouros. As fossas são esvaziadas semestralmente ou sempre que se fizer necessário, sendo os rejeitos encaminhados para o sistema de tratamento de esgoto de Jardim em veículo apropriado. As caixas de gordura são limpas mensalmente. Toda esta infra-estrutura de esgotos foi planejada e dimensionada de acordo com as normas da NBR Nº 7229/93 e o fluxo de pessoas, contando com uma margem de segurança em relação à capacidade máxima projetada de visitantes e funcionários. Estas estruturas passam por inspeções visuais mensais, feitas pelos funcionários e durante o monitoramento ambiental.

10 RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos para gestão da RPPN são advindos da visitação turística, instituída desde 1995 por meio do Recanto Ecológico Rio da Prata e vendas da loja de artesanatos, localizada na sede da fazenda.

11 POSSIBILIDADE DE CONECTIVIDADE

O Corredor de Biodiversidade Miranda-Serra da Bodoquena (Figura 110) ocupa posição estratégica no continente sul-americano por estar em área de contato entre os biomas brasileiros Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal e o Chaco úmido na fronteira com o Paraguai, o que lhe confere uma alta relevância quanto a padrões biogeográficos de fauna e flora. Suas características regionais também contribuem para esta relevância, como a presença da Serra da Bodoquena, uma importante zona de recarga de aquífero e divisor de águas que abastece as principais bacias hidrográficas da região, abrigando ainda o maior remanescente de Floresta Estacional Decidual do Estado do Mato Grosso do Sul (Brambilla e Pellin 2006).

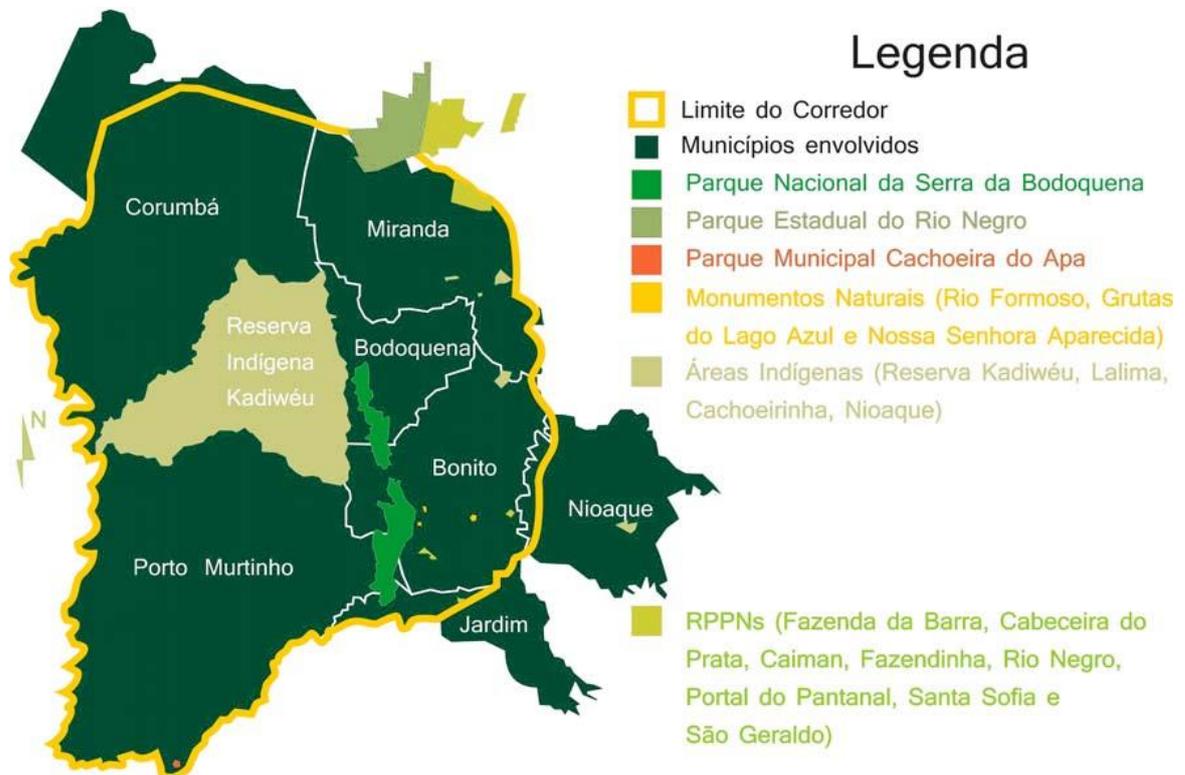


Figura 110. Mapa do Corredor de Biodiversidade Miranda – Serra da Bodoquena e os municípios que o compõem. Fonte: Brambilla e Pellin (2006)

Distando cerca de 15 quilômetros da porção sul do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, a RPPN Cabeceira do Prata ocupa posição estratégica na paisagem regional, desempenhando papel essencial para conectar o Parque Nacional com os remanescentes naturais localizados à leste. Esta RPPN representa atualmente as únicas Unidades de Conservação existentes no município de Jardim, fazendo parte da rede de Unidades de Conservação existente na região, composta por um Parque

Nacional, dois Monumentos Naturais Estaduais (Bonito, 277,08 ha); um Parque Natural Municipal (Porto Murtinho, 51,96 ha); dez Reservas Particulares do Patrimônio Natural (seis em Bonito, uma em Jardim e três em Miranda, totalizando 7.841,61 ha) (Brambilla e Pelin 2006). A criação de mais duas novas RPPNs em Bonito, duas em Porto Murtinho e uma em Bodoquena, previstas para o próximo ano (REPAMS, com. pess., 2007) vem ampliar as áreas protegidas desta região, formando um mosaico na região.

Esta conectividade depende ainda dos corredores formados pelas matas ciliares remanescentes e diversas Reservas Legais, em meio a uma paisagem de mosaico, causada pelo desmatamento para exploração agropecuária.

12 DECLARAÇÃO DE SIGNIFICÂNCIA

O Planalto da Bodoquena é uma região de contato entre a porção sudoeste do bioma Cerrado e as formações de florestas estacionais do bioma Mata Atlântica, o que gera uma grande complexidade do ponto de vista biogeográfico. Por se tratar de um dos mais extensos remanescentes de formação florestal de interior do Brasil, a região foi reconhecida como área prioritária para a conservação da biodiversidade nos biomas do Cerrado, Pantanal (MMA 1999) e da Mata Atlântica (MMA 2000). Ao final de 2006, o MMA indicou novamente esta região como de importância biológica extremamente alta e com prioridade de conservação muito alta (MMA 2006)

A RPPN Cabeceira do Prata representa atualmente a única unidade de conservação no município de Jardim, dentro da área de influência do Parque Nacional da Serra da Bodoquena e do Corredor de Biodiversidade Miranda-Serra da Bodoquena. Devido a esta localização, desempenha um papel muito importante na paisagem regional, contribuindo para a existência de uma zona efetiva de amortecimento no entorno do Parque e possibilitando a conectividade entre ele e outras áreas naturais remanescentes, enquanto outras unidades de conservação não são efetivadas.

Esta RPPN abriga uma surpreendente riqueza de espécies. Nela foram identificadas 43 espécies vegetais aquáticas e 406 terrestres; 38 espécies de mamíferos não voadores; 234 espécies de aves; 65 espécies de herpetofauna; 65

de peixes e 29 de invertebrados aquáticos. Destas, diversas espécies de plantas, aves, mamíferos e um réptil estão ameaçados de extinção em âmbito nacional e internacional. Além disso, dentro da RPPN foram registradas uma nova espécie de mamífero do gênero *Rhipidomys*, duas novas espécies de peixes, três espécies de aves inéditas para a região (*Neopelma pallescens*, *Xenopsaris albinucha* e *Coryphasiza melanotis*) e 22 espécies de aves migratórias. Assim, as pesquisas realizadas até o momento indicam que a biodiversidade local é rica, bem conservada, porém pouco conhecida, tornando a RPPN um local potencial para novas descobertas importantes.

A singularidade do rio Olho d'Água, que associa uma grande biodiversidade à presença de águas transparentes, permite uma atividade de contemplação e educação ambiental dificilmente realizável em qualquer outra área do Brasil ou do mundo. Cabe ressaltar que peixes são vistos pelo público em geral como animais “malcheirosos” e “gosmentos”, sofrendo certo preconceito – a exemplo do que ocorre com outros grupos animais tais quais morcegos e serpentes.



Figura 111. As belezas naturais da RPPN Cabeceira do Prata podem ser utilizadas com eficiência na educação ambiental dos visitantes. Foto: Daniel De Granville

A operação turística pautada no uso indireto dos recursos pode proporcionar o contato de visitantes do Brasil e exterior com esse ambiente exuberante,

promovendo sua conscientização e inspirando formadores de opinião a divulgar a importância das RPPNs para a conservação de outras áreas naturais.

No contexto local e regional, a RPPN contribui na geração de emprego e renda da comunidade e dissemina a prática de atividades econômicas de baixo impacto sobre os recursos naturais. Além disso, por meio da participação em OnGs de cunho sócio-ambiental, os proprietários têm um papel importante na divulgação destas práticas e do ganho relacionado à manutenção de uma unidade de conservação em sua propriedade, estimulando outros proprietários a instituir RPPNs também em suas áreas e a contribuir na educação ambiental de visitantes e funcionários.

Portanto, baseando-se nos dados aqui apresentados, considera-se que a RPPN da Fazenda Cabeceira do Prata apresenta um grau elevado de significância, desempenhando um importante papel tanto para a conservação de um fragmento do ecossistema regional, como para a disseminação da prática de conservação da natureza para visitantes e moradores da região.